

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 079/2021
Data: 25/05/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PAULO HENRIQUE CREMONEZE: QUEM TEM O ÔNUS DEVE SUPORTAR O BÔNUS	4
TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS MANTÉM PLANOS DE GREVE ENQUANTO AGUARDAM VACINAÇÃO CONTRA COVID-195	
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
ANTAQ AUTORIZA OPERAÇÃO DE TUPS DA PETRÓLEO SABBÁ E TECHNIP BRASIL	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	6
COMUNIDADE PORTUÁRIA DISCUTE PROTOCOLO PARA ENFRENTAMENTO DA CEPA INDIANA	6
CORREIO BRAZILIENSE - BR	7
PRESIDENTE DO SENADO DEFENDE REFORMA TRIBUTÁRIA 'COMPLETA E AMPLA'	7
ISTOÉ - DINHEIRO	8
BNDES SEGUIRÁ VENDENDO PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS, DIZ MONTEZANO	8
SEM CONSENSO, ANEEL ALTERA DATAS DE LEILÕES PARA COMPRAR ENERGIA	9
RODRIGO LIMP: TEMOS QUE AVANÇAR NA PAUTA DE PRIVATIZAÇÕES, NÃO SÓ DA ELETROBRAS	10
PACHECO DEFENDE CRIAÇÃO DE PROGRAMA PERMANENTE E MAIS ROBUSTO DE RENDA MÍNIMA	11
ARRECADAÇÃO TEM AUMENTADO EM COMPONENTES NÃO ESPERADOS, DIZ CAMPOS NETO.....	12
EXTRA ONLINE	12
EMPRESA DE ÓLEO E GÁS OFERECE VAGAS DE ESTÁGIO PARA O RIO, MACAÉ E SANTOS	12
AZUL E LATAM ENCERRAM ACORDO QUE PERMITE COMPARTILHAR VOOS	13
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	14
GOVERNO APROVEITA PANDEMIA PARA VENDER ELETROBRAS A PREÇO DE BANANA, AFIRMA LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO.....	14
3R PETROLEUM TEM INTERESSE EM ATIVOS ALÉM DO DESINVESTIMENTO DA PETROBRAS	16
ANEEL MARCA LEILÕES DE TÉRMICAS A GÁS NATURAL E CARVÃO PARA 25 DE JUNHO.....	17
ENEVA VÊ POTENCIAL DE 18 MILHÕES DE M ³ /DIA DE GÁS COM SUBSTITUIÇÃO ÓLEO.....	18
DIA DA INDÚSTRIA: SETOR RESPONDE POR 24% DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	20
UMA ESTRATÉGIA PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.....	22
JORNAL O GLOBO – RJ	24
PRORROGAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DEPENDE DA PANDEMIA, DIZ GUEDES	24
EMPRESÁRIOS QUEREM OUSADIA DO GOVERNO DURANTE DISCUSSÕES DA REFORMA ADMINISTRATIVA	26
COMISSÃO DA CÂMARA APROVA REFORMA ADMINISTRATIVA COM RESSALVAS A EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS POR DECRETO E AO ACÚMULO DE FUNÇÕES	27
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	28
EMPRESAS PREVEEM VOLTA AO ESCRITÓRIO EM 2022 E ADOTAM TRABALHO HÍBRIDO DE FORMA PERMANENTE.....	28
PRESIDENTE DA PREVI, JOSÉ MAURÍCIO COELHO, RENUNCIA AO CARGO	30
VALOR ECONÔMICO (SP)	31
PREÇOS DE COMMODITIES FAZEM COMÉRCIO DO G20 BATER RECORDE	31
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA LANÇA PORTAL COM DADOS DA AGROPECUÁRIA.....	32
PACHECO: REFORMAS ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA PODERÃO SER APROVADAS NESTE ANO	32
EXPLORAÇÃO DE ÓLEO E GÁS GANHA SENSO DE URGÊNCIA.....	33
MARGEM EQUATORIAL PODE SER ÚLTIMA FRONTEIRA NO BRASIL.....	35
PERFURAÇÃO DE POÇOS CAI 25% NO ANO, MAS PREVISÃO É DE RECUPERAÇÃO, DIZ ANP	36
G-7 ESTÁ PERTO DE ACORDO SOBRE IMPOSTOS PARA GRANDES MULTINACIONAIS	37
AGÊNCIA BRASIL - DF	38
CCJ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA REFORMA ADMINISTRATIVA.....	38
PORTAL PORTOS E NAVIOS	40
COMPLEXO DO PECÉM DETALHA HUB DE HIDROGÊNIO VERDE PARA GOVERNO E POTENCIAIS INVESTIDORES DA ALEMANHA40	
IMO CONCLUI ESTUDO PRÉVIO PARA REGULAÇÃO DE NAVIOS AUTÔNOMOS	41
PETROBRAS ADOTARÁ POSTURA RESILIENTE POR MAIS COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL	42
ANTAQ AUTORIZA OPERAÇÃO DE TUPS DA PETRÓLEO SABBÁ E TECHNIP BRASIL	43
NOVO PAINEL DINÂMICO DA ANP APRESENTA DADOS SOBRE A FASE DE EXPLORAÇÃO	44
PORTUÁRIOS PARANAENSES ESTÃO NO PRÓXIMO GRUPO PRIORITÁRIO A RECEBER VACINA CONTRA A COVID-19.....	44



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 079/2021
Página 3 de 52
Data: 25/05/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PÍER MAUÁ TENTA VIABILIZAR PRÓXIMA TEMPORADA DE CRUZEIROS	46
BRASIL CAI 7,6% NO COMÉRCIO GLOBAL	47
ESTALEIROS NEGAM RESPONSABILIDADE POR ATRASOS DE PLATAFORMAS.....	48
EMBARCAÇÕES TRIPlicAM TRÁFEGO DE DADOS DURANTE A PANDEMIA	49
MAERSK ACELERA A TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL, DIZ ROBBERT VAN TROOIJEN, CEO PARA AMÉRICA LATINA	51
VLI E LD CELULOSE FIRMAM NOVA PARCERIA PARA MOVIMENTAÇÃO DE CELULOSE DESTINADA À EXPORTAÇÃO	51
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	52
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	52



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PAULO HENRIQUE CREMONEZE: QUEM TEM O ÔNUS DEVE SUPORTAR O BÔNUS

É hora de o mundo repensar as responsabilidades dos transportadores

Por: *Paulo Henrique Cremoneze*



https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto_&Mar/img1177727011780.webp

Paulo Henrique Cremoneze: Quem tem o ônus deve suportar o bônus - Foto: Unsplash

O mundo assombrou-se com os danos e prejuízos decorrentes do encalhe do navio Ever Given no Canal de Suez. Eu, não.

Há algum tempo venho dizendo sobre os enormes riscos em torno dos super navios

cargueiros. Isso porque os grandes cargueiros, super navios, colossos sobre as águas, podem causar danos ambientais, pessoais, materiais incalculáveis. Um encalhe e parte do mundo dos negócios parou por alguns dias. Não é necessário conhecimento técnico para imaginar que é muito mais difícil desencahar um navio gigantesco do que um de pequeno porte.

Um super navio é, em tese, uma Cordilheira dos Andes de potenciais danos. O encalhe recente não me deixa mentir, sequer exagerar. Por isso, é hora de o mundo repensar as responsabilidades dos transportadores.

Faz-se necessário o estabelecimento de um regime ainda mais rigoroso de imputação de responsabilidades, garantindo-se a reparação integral, rápida e eficaz de todo e qualquer dano.

O transporte de cargas é vital para a economia. Todo o mundo reconhece isso. Ninguém deseja de modo algum demonizar transportadores.

Todavia, não se pode endeusá-los. São importantíssimos? Sim, muito. Mas não atuam gratuitamente e em nome do bem universal. Atuam de forma empresarial e recebem – muito bem, aliás – para isso.

Onassis, o famoso armador grego, dizia, lá pelos anos 50 do século passado, que o segundo melhor negócio do mundo é uma empresa de navegação mal administrada. Uma afirmação irônica, mas significativa.

Por aí se vê a lucratividade do setor e a importância de se pôr fim, imediatamente, ao sistema de blindagem que o beneficia há muito tempo.

O transporte de cargas, sobretudo o marítimo internacional, não é uma aventura, mas um fenômeno preciso, previsível e passível de ordenação. Se um dia foi aventura, hoje definitivamente não é mais. Trata-se de um segmento especialmente dominado pela alta tecnologia.

Esta afirmação não é retórica. Já se noticia amplamente que o primeiro navio autônomo do mundo está pronto para zarpar. A viagem programada para breve será entre os portos de Plymouth, na Inglaterra, e Massachusetts, nos Estados Unidos.

É bem verdade que Mayflower 400 não é um navio de passageiros ou de cargas. É destinado ao campo das pesquisas sobre poluição marítima e ao rastreamento de mamíferos aquáticos. Porém, não é menos verdade que o começo de um novo tempo está aí, escancarado, em plena navegação, com o perdão pelo trocadilho.

Mais do que nunca se tem, em toda a parte, a certeza de que a navegação marítima é algo preciso, seguro, previsível e, sim, lucrativo. Os gastos serão menores a cada ciclo de desenvolvimento tecnológico e os lucros, maiores, bem maiores.

Ora, quem tem o bônus tem que suportar o ônus.

Aplaudamos todos os avanços das tecnologias e o desenvolvimento econômico dos transportadores, mas exigimos deles as devidas responsabilidades. Eles existem para servir, não para serem servidos. Não formam um grupo intocável, nem podem continuar a ser cercados de caprichos e proteções normativas.

São e devem ser um grupo especial de prestação de serviços, intimamente ligado ao desenvolvimento econômico-social, vanguardista da globalização e digno de aplausos, desde que abracem suas responsabilidades.

Todos os atores do sistema de transporte têm que estar preparados para a resposta imediata e integral dos danos de suas atividades, essencialmente marcadas pelo selo do risco.

Armadores e clubes de proteção e indenização não podem deixar de lado suas responsabilidades, nem mesmo as mitigarem, sob pena de prejudicarem, ainda que involuntariamente, as pessoas em geral. Danos não podem ser sempre evitados.

É a resposta dada diante das suas ocorrências que define quem é quem no tempo em que vivemos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/05/2021

TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS MANTÉM PLANOS DE GREVE ENQUANTO AGUARDAM VACINAÇÃO CONTRA COVID-19

Primeiras doses deveriam começar a ser distribuídas nesta terça: 'Se até dia 31 não tiver cronograma, a gente para'

Por: Fernanda Balbino

Apesar do anúncio do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, de que os portuários serão vacinados ainda nesta semana contra a covid-19, os trabalhadores do Porto de Santos mantêm os planos de greve. O motivo é a falta de detalhes sobre a vacinação, já que tanto o Governo do Estado quanto a Prefeitura de Santos não têm informações de quando será iniciada a imunização da categoria, quantos receberão as doses e qual será o cronograma.

No último domingo (23), Freitas gravou um áudio que foi encaminhado a trabalhadores portuários de todo o País. "As primeiras doses começarão a ser distribuídas (aos estados) nesta terça-feira (25) e, aí, teremos condições de dar início a essa vacinação", destacou o ministro.

Porém, até esta segunda-feira (24), não houve o detalhamento sobre quando, como e quantos profissionais receberão as doses. A Prefeitura se limita a dizer que "aguarda o envio das doses e as orientações do Governo do Estado de São Paulo quanto à imunização dos trabalhadores portuários". O governo estadual, por sua vez, informou que "o Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde sinalizou ao Estado de São Paulo que deve enviar vacinas para este público, ainda sem data definida, de acordo com a disponibilidade dos imunizantes".

Nesta segunda (24), as entidades que compõem a Unidade Portuária se reuniram para discutir a questão. "Vamos manter a nossa programação. Temos assembleia dia 31. Se até essa data não tiver o cronograma, a gente para", afirmou o presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos.

Neste momento, o que os portuários cobram são informações. “Fomos pegos de surpresa com a declaração do ministro. Mas falar qualquer um fala. Já foram feitos levantamentos, todo mundo está se preparando. Só falta a vacina e ninguém sabe de nada ainda”, afirmou o presidente do Sindaport.

A mesma opinião tem o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos e Região (Sindestiva), Bruno José dos Santos. “Nossa assembleia será na terça-feira, mas estamos na expectativa de que o governo consiga vacinar o pessoal”.

O ministro também anunciou a testagem de pessoas para a detecção da covid-19 em todos os portos e aeroportos do País. Porém, segundo a Autoridade Portuária de Santos, agora, isto não acontecerá no cais santista. Mas “a estratégia poderá ser alterada conforme a alteração do cenário”, destacou, em nota.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/05/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ AUTORIZA OPERAÇÃO DE TUPS DA PETRÓLEO SABBÁ E TECHNIP BRASIL

Os terminais estão localizados nos estados do Pará e Rio de Janeiro. Os TLOs foram publicados na edição do Diário Oficial da União desta terça-feira (25) Seção 1

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ publicou, nesta terça-feira (25), os Termos de Liberação de Operação (TLOs) de dois Terminais de Uso Privado pertencentes à empresa Petróleo Sabbá: o TUP Petróleo Sabbá - Terminal de Miritituba, localizado em Itaituba/PA, para movimentação de graneis líquidos (TLO Nº 10-SOG, de 24/05/2021); e o TUP Petróleo Sabbá - Terminal de Itaituba, localizado em Itaituba/PA, também para movimentação de graneis líquidos (TLO Nº 8-SOG, de 24/05/2021).

A ANTAQ também publicou nesta terça-feira (25) o TLO para operação do TUP da Technip Brasil - Engenharia, Instalações E Apoio Marítimo Ltda., localizado em São João da Barra/RJ, Lote A-12 do Terminal Sul do Porto do Açú (TLO Nº 9-SOG, de 24/05/2021).

As autorizações não desoneram a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 25/05/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

COMUNIDADE PORTUÁRIA DISCUTE PROTOCOLO PARA ENFRENTAMENTO DA CEPA INDIANA

Informação: Santos Port Authority (24 de maio de 2021)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no Porto de Santos detalhou a ampliação dos protocolos para prevenção à variante indiana do novo coronavírus. As medidas foram debatidas na sede da Santos Port Authority (SPA) nesta segunda-feira (24), em reunião solicitada pela estatal e



pela Capitania dos Portos do Estado de São Paulo. Não há registro de qualquer navio no Porto de Santos ou com destino ao complexo que tenha a nova cepa. Até agora, os casos confirmados no Brasil são de tripulantes em um navio fundeado no litoral do Estado do Maranhão.

Diante da detecção da cepa indiana, o Governo Federal estendeu o escopo da restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros com origem ou histórico de passagem pelo Reino Unido, pela Irlanda do Norte, pela África do Sul e pela Índia. Viajantes originários ou procedentes desses países deverão permanecer em quarentena por 14 dias. Portanto, a livre prática do navio somente será concedida pela Anvisa após a verificação satisfatória dos requisitos já adotados pelo órgão, conforme definido na Portaria 653, de 14 de maio de 2021.

As demais ações adotadas pela Anvisa no Porto permanecem:

- Todas as embarcações estrangeiras ou nacionais deverão possuir Livre Prática válida antes de sua chegada no Porto de Santos. A análise ocorre 24 horas antes da previsão de chegada do navio no Porto, cabendo à Anvisa verificar se houve consumo de medicamento nos últimos 30 dias, se há algum tripulante com sinais e sintomas compatíveis com a covid-19, e se há avaliação da Declaração Marítima de Saúde, entre outros documentos;
- Se houver caso suspeito de covid-19 a bordo é necessário testar todos os tripulantes embarcados, suspender as operações do navio e proibir acesso de qualquer pessoa a bordo;
- O tripulante brasileiro ou estrangeiro, antes do embarque, deverá cumprir pelo menos 14 dias de quarentena com monitoramento diário de temperatura, avaliação clínica e realização de testes para covid-19 no dia do embarque. Somente após a avaliação satisfatória da Anvisa o tripulante é autorizado a embarcar;
- Durante a jornada de trabalho a embarcação deverá realizar o monitoramento diário da saúde dos tripulantes e aferição da temperatura corporal;
- Fica proibido o desembarque de tripulantes e passageiros brasileiros nos portos nacionais, salvo por questões relacionadas ao fim de sua jornada de trabalho embarcado, término do contrato de trabalho e assistência médica ou odontológica mediante a avaliação clínica no momento do desembarque;
- A autorização de desembarque emitida pela Anvisa para fins de repatriação está condicionada à prévia apresentação de exame diagnóstico do tipo RT-PCR com resultado não detectável. O referido exame deverá ser realizado antes do desembarque, ainda na embarcação.

Além da SPA, Marinha e Anvisa, participaram da reunião os secretários de Saúde dos municípios de Santos e Guarujá; representantes do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (SOPESP); do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo); do Sindicato Agências de Navegação Marítima Estado São Paulo (Sindamar); da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro); da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos-SP); da Alfândega; e da Praticagem de São Paulo.

Vacinação dos portuários

Em relação à vacinação dos portuários, após o anúncio do Ministério da Infraestrutura sobre a repriorização da categoria no Plano Nacional de Imunização (PNI), os órgãos municipais discutiram as estratégias logísticas para acelerar a vacinação assim que as doses forem disponibilizadas. A comunidade portuária está empenhada e unida em torno da aplicação das vacinas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/05/2021

CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE - BR

PRESIDENTE DO SENADO DEFENDE REFORMA TRIBUTÁRIA 'COMPLETA E AMPLA'

Senado ficará responsável pela análise de duas etapas: a discussão constitucional da reforma e o programa de regularização tributária, o novo Refis, para poder socorrer pessoas físicas e jurídicas

Por Agência Estado



https://midias.correiobraziliense.com.br/_midias/jpg/2021/05/06/675x450/1_1092508_wdol_abr_2809170367_1-6642914.jpg

(crédito: Wilson Dias/Agência Brasil)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse nesta terça-feira defender uma reforma tributária "completa e ampla", que mude cenário de arrecadação. No entanto, ele alertou para a necessidade de cuidado na elaboração de um texto equilibrado. "Um erro na reforma tributária pode ser fatal para empresas, Estados e municípios. É preciso muita cautela", afirmou, em participação no BTG Pactual Brasil CEO Conference 2021.

Após encontro na segunda-feira de Pacheco com o ministro da Economia, Paulo Guedes e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), houve uma deliberação sobre o fatiamento inicial da reforma.

O Senado ficará responsável pela análise de duas etapas: a discussão constitucional da reforma e o programa de regularização tributária, o novo Refis, para poder socorrer pessoas físicas e jurídicas. Já a Câmara ficará incumbida dos projetos de iniciativa do Executivo enviados ao Legislativo, como a discussão da base de incidência de Imposto de Renda, IPI, PIS e Cofins.

"A reforma tributária é um ambiente muito amplo de divergências entre os setores de economia e também entre as esferas de administração. Precisamos escolher o melhor modelo para o País de uma forma geral. Nenhum setor ou segmento de governo pode querer só ganhar. O erário não pode deixar de arrecadar, mas contribuinte não aceita alta de carga tributária. É uma equação complicada, mas a reforma tributária terá de ser a arte de ceder", completou o parlamentar.

Pacheco cobrou ainda colaboração por parte do Judiciário e da própria Receita Federal que, segundo ele, tomam decisões interpretativas que aumentam a insegurança jurídica do País. "A estabilização tributária do Brasil não cabe só ao Congresso, mas também ao Executivo e ao Judiciário. Não podemos ficar à mercê de interpretações diversas da Justiça e da Receita Federal", acrescentou.

Fonte: Correio Braziliense - BR

Data: 25/05/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

BNDES SEGUIRÁ VENDENDO PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS, DIZ MONTEZANO

Desde que assumiu o comando do BNDES, em julho de 2019, o banco já vendeu R\$ 65 bilhões em ações

Por Estadão Conteúdo

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, reafirmou nesta terça-feira que a instituição de fomento seguirá em sua estratégia de vender suas participações acionárias com o objetivo de realocar o capital em atividades que gerem desenvolvimento.

"Estamos fazendo os desinvestimentos com parcimônia e cautela, para realocar esse capital em atividades que tenham risco, mas gerem desenvolvimento", afirmou Montezano, em palestra durante a CEO Conference, evento online promovido pelo banco BTG Pactual.



https://www.infomoney.com.br/wp-content/uploads/2020/03/bndes_1103200718.jpg?w=768&quality=70&strip=all

Gustavo Montezano - (Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil)

Desde que assumiu o comando do BNDES, em julho de 2019, o banco já vendeu R\$ 65 bilhões em ações, informou Montezano.

É o mesmo valor informado quando divulgou os resultados financeiros do primeiro trimestre, sem novas operações após terminar de vender papéis da Klabin e da Vale.

O montante sobe para R\$ 77 bilhões com a venda das debêntures participativas da mineradora, papéis que o BNDES carregava desde a privatização da companhia, no fim dos anos 1990.

O próprio BNDES já informou que o próximo passo será uma oferta de seus papéis da Copel.

Cedae

Ao tratar da atuação do BNDES no setor de infraestrutura, Montezano comparou a concessão de parte dos serviços da Cedae, a estatal de saneamento do Rio, à privatização do sistema Telebrás, nos anos 1990. Estruturada pelo banco, a concessão dos serviços de água e esgoto na região metropolitana do Rio, e em algumas cidades do interior, foi a leilão mês passado.

Foram concedidos três dos quatro blocos oferecidos pelo governo estadual do Rio. As concessões envolvem investimentos da ordem de R\$ 50 bilhões, incluindo obras e taxas de outorga, mas Montezano chamou a atenção para os benefícios da melhoria na prestação dos serviços e da infraestrutura. “Desconheço outro projeto na América Latina com o impacto ambiental como o da Cedae”, afirmou.

O presidente do BNDES disse que a sociedade civil de cada localidade “tem que pedir, tem que clamar” por concessões de saneamento básico, pois, segundo ele, a mobilização social, apoiando a privatização, foi importante para o projeto do Rio finalmente sair do papel.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 25/05/2021

SEM CONSENSO, ANEEL ALTERA DATAS DE LEILÕES PARA COMPRAR ENERGIA

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu nesta terça-feira, 25, alterar as datas de leilões para compra de energia de usinas já em operação e de novos empreendimentos que estavam previstos para junho.

Durante a análise do edital do leilão de energia existente, o relator, diretor Efrain da Cruz, propôs que os leilões de energia existente A-4 e A-5 (usinas que entrarão em operação daqui a quatro e cinco anos, respectivamente), que inicialmente aconteceriam em 11 de junho, tivessem a data alterada para o dia 25 do mês que vem. Conseqüentemente, os leilões de energia nova A-3 e A-4, que seriam em 25 de junho, foram remarcados para 8 de julho.

O relator justificou que, durante a primeira análise do edital, em 4 de maio, foram identificados aspectos inconscientes no processo, o que levou a retirada de pauta. Com isso, ele avaliou que as alterações da data eram necessárias para que o edital fosse publicado com, pelo menos, um mês de antecedência da rodada.

A decisão, no entanto, não foi apoiada por todo colegiado. A diretora Elisa Bastos avaliou que, ao mudar o cronograma previsto inicialmente pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Aneel fugiu de sua competência. Ela questionou se as mudanças haviam sido acordadas com o Ministério de

Minas e Energia, já que o cronograma de certames do setor é definido por meio de portaria do ministro.

Efrain da Cruz afirmou que as datas foram articuladas pela área técnica da agência com o MME, com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), mas que não havia previsão de publicação de uma nova portaria pelo ministro Bento Albuquerque. Ficou acertado no colegiado que as novas datas serão divulgadas por meio de comunicado relevante.

O diretor também rebateu os questionamentos sobre possíveis impactos na concorrência do leilão. “Falar que três semanas teria capacidade de alterar propostas comerciais é, no mínimo, desconhecer os regramentos do Tribunal de Contas da União sobre prazo”, disse. “Sustentar a tese que temos que seguir ao que está escrito na portaria é, no mínimo, abrir mão de uma competência que não é exclusiva, mas é delegada.”

Contratos terão duração de 15 anos

Os leilões A-4 e A-5, que tiveram o edital aprovado nesta terça, são destinados à contratação de energia de usinas térmicas a gás natural ou carvão mineral nacional. Os contratos terão duração de 15 anos, com início de suprimento em janeiro de 2025 e 2026, respectivamente. Um dos pontos determinados pelo MME é que poderão entrar na disputa empreendimentos totalmente inflexíveis – retirando o limite máximo de inflexibilidade, que era de 50%.

Durante a discussão, o diretor Sandoval Feitosa alertou sobre a sobre contratação estrutural de algumas distribuidoras. Segundo ele, os leilões continuam acontecendo mesmo que o setor enfrente esse problema, que chega a ser preocupante em alguns casos, como na Amazônia Energia.

Ele afirmou que a empresa teria condições de ceder contratos para outras empresas, reduzindo assim os problemas que enfrenta e os encargos sociais pagos por todos os consumidores, por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). “Ainda que reconheçamos que uma determina distribuidora tenha demanda para o leilão, ela será marginal, e poderia ser atendida à partir da cessão de contratos de outras distribuidoras, sendo mais eficiente, por essa perspectiva, que a eventual contratação do leilão, caso fosse necessária, ocorreria após essa etapa inicial de reorganização estrutural do nível de contratação do setor de distribuição”, afirmou.

Também destacou as dificuldades que as distribuidoras têm para gerir seus portfólios, devido à rigidez de contratos. Ele explicou que a migração de consumidores para o mercado livre e o crescimento exponencial do micro e minigeração distribuída, retira a previsibilidade sobre o crescimento do mercado regulado.

Defendeu ainda que os leilões deveriam ser realizados em data próxima ao início do suprimento e os contratos deveriam ter prazos curtos, de um a três anos, por exemplo. “As distribuidoras teriam maior previsibilidade sobre a demanda e maior flexibilidade para ajuste do nível de contratação, e maior liquidez no portfólio não necessitando carregar por longos anos contratos, que ao longo desse período, por diversos fatores, dentre eles o avanço da tecnologia obriga o consumidor a não ter acesso a geração mais barata”, argumentou.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 25/05/2021

RODRIGO LIMP: TEMOS QUE AVANÇAR NA PAUTA DE PRIVATIZAÇÕES, NÃO SÓ DA ELETROBRAS

O presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, afirmou nesta terça-feira, 25, que tem “expectativa positiva” com a tramitação da Medida Provisória (MP) que autoriza a privatização da holding estatal no Congresso Nacional. Sem entrar em detalhes sobre o projeto de conversão em lei da MP, Limp ressaltou que a capitalização da companhia é “muito importante” para ampliar a capacidade de investimentos, a competitividade e a agilidade da empresa.

“Para permanecer como protagonista, a Eletrobras precisa aumentar sua capacidade de investimentos”, afirmou Limp, em evento online promovido pelo banco BTG Pactual.

Segundo o executivo, a Eletrobras investiu, nos últimos dois anos, em média, R\$ 3 bilhões ao ano. Com a capitalização, desenhada para permitir a saída da União do controle da companhia, o plano é elevar os montantes para “quase R\$ 13 bilhões ao ano”, disse Limp.

Em parte, segundo Limp, a capacidade de investimentos da Eletrobras caiu tanto porque foi preciso fazer ajustes financeiros de 2016 para cá, após a empresa perder valor de 2012 a 2015, quando houve mudanças no setor elétrico, promovidos pelo governo Dilma Rousseff (PT). Nesse processo, Limp citou o foco nas privatizações em geral, incluindo as distribuidoras regionais que eram controladas pela estatal.

O executivo citou a conclusão da construção da usina termonuclear de Angra 3 como o principal projeto de investimentos da Eletrobras, mas esse ativo não permanecerá com a companhia após a privatização. Pela Constituição Federal, usinas nucleares precisam ter controle da União.

Editada em fevereiro, a MP que autoriza a privatização da Eletrobras precisa ser aprovada até o dia 22 de junho pelo Senado Federal para não perder validade. Na última quarta-feira (19), o projeto de conversão da MP em lei foi aprovado na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado. Se os senadores modificarem o texto, ele terá que voltar para mais uma análise dos deputados, o que aumenta o risco de perder o prazo.

Para conseguir a aprovação na Câmara, o Executivo já tinha previsto no texto original da MP a garantia de investimentos regionais, para agradar parlamentares do Norte e do Nordeste. Só que, no projeto de conversão, os deputados incluíram uma série de mudanças, como previsão de investimentos em termelétricas em locais onde não há reservas ou gasodutos, contratação obrigatória de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) nos leilões e renovação de contratos de energia velha a preços superiores ao de usinas novas.

Segundo especialistas, esses “jabutis” – como são chamados, no jargão do Congresso, alterações incluídas numa MP que nada têm a ver com o assunto original da lei – poderão atrapalhar investimentos futuros no setor elétrico e elevar a conta de luz para os consumidores finais.

Limp evitou comentar sobre esses outros pontos, ao falar sobre o assunto no evento do BTG Pactual.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro
Data: 25/05/2021

PACHECO DEFENDE CRIAÇÃO DE PROGRAMA PERMANENTE E MAIS ROBUSTO DE RENDA MÍNIMA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu nesta terça-feira a criação de um programa permanente e mais robusto de renda mínima no País, após o debate sobre a extensão ou não do auxílio emergencial por mais um período. “Cabe a nós identificarmos se os quatro meses do auxílio este ano serão suficientes, ou se teremos que prorrogar por um ou dois meses. Independentemente disso, pensamos pensar em um programa para melhorar ou substituir o Bolsa Família com um valor maior. Em um País com tantos recursos, com certeza encontraremos uma solução”, afirmou, em participação no BTG Pactual Brasil CEO Conference 2021.

Segundo ele, enquanto não há ambiente propício para se debater esse programa mais perene de renda cidadã, é necessário seguir atendendo as pessoas mais vulneráveis. “Os valores pagos no auxílio emergencial foram os possíveis”, completou.

O presidente do Senado enfatizou que o teto de gastos foi um importante avanço para o País. “É muito importante mantermos a responsabilidade fiscal, mas não podemos olvidar da

responsabilidade social. O Estado brasileiro deve estar presente na vida das pessoas, principalmente das mais vulneráveis”, acrescentou.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 25/05/2021

ARRECADAÇÃO TEM AUMENTADO EM COMPONENTES NÃO ESPERADOS, DIZ CAMPOS NETO

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, destacou nesta terça-feira a melhora sucessiva na arrecadação federal, que vem registrando recordes mensais em 2021. “A arrecadação tem aumentado inclusive em componentes que a gente não esperava. Mas o que de fato os agentes econômicos querem ver é uma melhora na parte das despesas. Nossa grande doença foi nunca ter conseguido criar uma disciplina de gastos. É na parte de gastos que precisamos fazer o maior esforço e, nesse sentido, a reforma administrativa é importante”, afirmou, em participação no BTG Pactual Brasil CEO Conference 2021.

“Obviamente, fico feliz com melhora de receitas, mas o mais importante é endereçar a parte de gastos”, enfatizou o presidente do BC.

Por isso, Campos Neto alertou que flexibilizações frequentes na regra do teto de gastos podem passar uma mensagem ruim para o mercado. “O teto, ao contrário do que dizem, não limita gastos, mas aumenta eficiência das despesas. Todo gasto que é feito com saúde e vacina é bem vindo e justificado, mas temos que examinar eficiência dos gastos”, completou.

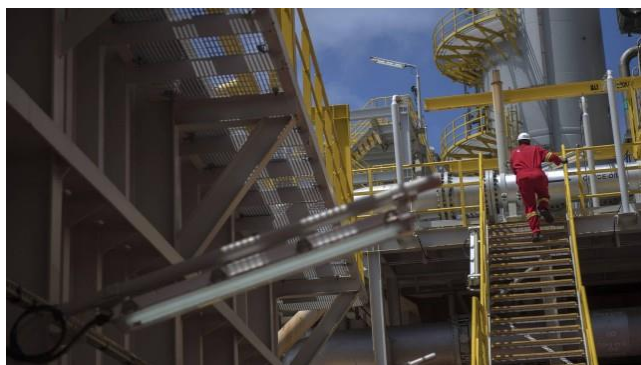
Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 25/05/2021



EXTRA ONLINE

EMPRESA DE ÓLEO E GÁS OFERECE VAGAS DE ESTÁGIO PARA O RIO, MACAÉ E SANTOS



https://extra.globo.com/incoming/25033278-61a-598/w640h360-PROP/89648039_a-worker-climbs-a-stairway-on-the-floating-production-storage-and-offloading-vessel-fspo-ci.jpg

Plataforma de exploração do pré-sal na Bacia de Santos, em Itaguaí, Rio de Janeiro Foto: Mauro Pimentel / AFP

A MODEC, multinacional de origem japonesa que atua no segmento de óleo e gás, abriu inscrições para o seu Programa de Estágio 2021, a fim de recrutar universitários para atuar no Rio de Janeiro (RJ), em Macaé (RJ) e em Santos (SP).

Os interessados devem acessar o portal de recrutamento da companhia até 11 de junho.

Todo o processo seletivo será realizado on-line, com testes, dinâmicas de grupo e entrevistas com gestores. Entre os pré-requisitos estão: inglês fluente, conhecimento avançado no Pacote Office e disponibilidade de 30 horas semanais para o estágio.

Também é necessário ter conclusão de graduação prevista para dezembro de 2022 ou julho de 2023 nos cursos de Administração, Engenharias, Ciências Contábeis, Ciências Atuárias, Estatística, Economia ou áreas correlatas.

O programa tem duração de até dois anos e, durante este tempo, o objetivo é desenvolver profissionalmente os participantes a partir de uma experiência multidisciplinar, com orientação profissional e feedbacks ao longo do período. Ao término do estágio, o objetivo é que os estudantes estejam aptos para participar dos processos seletivos internos da empresa, nas posições Onshore ou Offshore de nível iniciante (Jr).

Fonte: *Extra Online*

Data: 25/05/2021

AZUL E LATAM ENCERRAM ACORDO QUE PERMITE COMPARTILHAR VOOS

Por Mariana Barbosa



<https://extra.globo.com/incoming/25033039-5ad-5f1/w640h360-PROP/xazul.jpg.pagespeed.ic.gcBt5j1n9K.jpg>

[PROP/xazul.jpg.pagespeed.ic.gcBt5j1n9K.jpg](https://extra.globo.com/incoming/25033039-5ad-5f1/w640h360-PROP/xazul.jpg.pagespeed.ic.gcBt5j1n9K.jpg)

A Azul anunciou o fim do acordo de compartilhamento de voos com a Latam Foto: Arquivo

SÃO PAULO — A parceria firmada entre Azul e Latam em junho do ano passado para racionalizar a malha durante a crise chegou ao fim. As duas empresas anunciaram, nesta segunda-feira (dia 24), o fim do acordo de compartilhamento de voos, conhecido no

mercado com o jargão de codeshare. O acordo será efetivamente encerrado em 90 dias, a partir de 22 de agosto.

O presidente da Latam, Jerome Cadier, aposta em uma retomada do setor, planeja retirar 7 aviões do chão e contratar 750 profissionais até o fim do ano. E a Azul, que assumiu a liderança do mercado durante a pandemia, com fatia de 45,1% em abril, afirma que a consolidação é uma tendência no segmento pós-crise, uma indicação de que está disposta a comprar uma empresa rival.

A companhia aérea que nasceu usando aviões da Embraer afirma estar em posição forte para iniciar um movimento de consolidação e que já contratou consultores para avaliar o mercado.

“O codeshare com a Latam foi uma solução única em nossa resposta à pandemia. Também percebemos que a consolidação da indústria seria importante para a recuperação pós-pandemia, e a Azul é parte fundamental em iniciativas desse tipo. No primeiro trimestre desse ano, contratamos consultores financeiros e estamos estudando ativamente oportunidades de consolidação. Acreditamos que o encerramento do codeshare pela Latam seja uma reação ao processo de consolidação”, afirmou em nota John Rodgerson, CEO da Azul.

O texto afirma ainda que a empresa está saindo da crise em posição de liderança em termos de liquidez, recuperação de malha e vantagens competitivas.

A iniciativa de encerrar o acordo partiu da Latam, que está em recuperação judicial nos Estados Unidos. Cadier, CEO da Latam Brasil, refuta a hipótese de união entre as duas empresas, que foi aventada desde que elas anunciaram o acordo de compartilhamento de voos.

— [A especulação] não tinha fundamento na época. E agora fica claro que era uma solução para a pandemia. Na medida em que a gente vê uma perspectiva de que a pandemia vai terminar, vale voltar ao que era antes — disse Cadier, em entrevista à coluna Capital.

Segundo o executivo, a justificativa para encerrar a parceria é que ela não se faz mais necessária por representar apenas 2% das vendas totais.

— Na medida em que a gente aumenta a oferta, essa participação tende a ficar ainda menor. Não fazia mais sentido — afirmou ele.

O plano da Latam prevê a recontração de pelo menos 750 tripulantes até o fim do ano, sendo que a maior parte já deve acontecer nas próximas semanas. A empresa também deve colocar para voar mais sete aviões Airbus A320, que estão hoje parados e que se somarão aos cem aviões em operação.

Com uma operação mais dependente do mercado internacional, a Latam foi a mais afetada na pandemia. Em razão disso, foi a mais radical em termos de corte de oferta e até aqui vinha sendo mais conservadora na retomada de voos.

A empresa foi a única a demitir tripulantes — 2,7 mil pessoas no total — e saiu de uma posição de liderança no mercado para a lanterna. Mas já em abril, que foi o pior mês de 2021, conseguiu voltar ao segundo lugar, com 28,5% do mercado, contra 26% da Gol e 45,1% da Azul.

Cadier diz que no momento observa mais a retomada de voos do que a participação de mercado. A Latam operou 190 voos em abril. Em maio, já houve alguma recuperação, para 250. E a perspectiva é chegar em julho com 400 voos e ampliar gradualmente até atingir, em dezembro, 90% do nível pré-pandemia, que era em torno de 750 voos.

Voo para Cancún

Seja qual for a configuração do mercado no pós-pandemia, alguns aspectos são dados como certos por Cadier. Ele afirma que a Latam no futuro será menos dependente do viajante de negócios, com mais ênfase em destinos turísticos e preço mais direcionado ao viajante de lazer.

Congonhas, tradicional cenário dos executivos da ponte aérea, deve ver mais mochilas e menos passageiros engravatados.

— Vai ser mais turismo e menos corporativo. Estamos planejando mais voos para o Nordeste a partir de Congonhas, com bases novas e aumento de frequência para destinos que já operamos. A demanda da ponte aérea Rio-São Paulo deve reduzir, mas parte será compensada pelo turismo. Brasília não volta ao que era antes — disse Cadier.

No mercado internacional, os poucos voos retomados estão bem vazios na cabine de passageiros, mas sendo custeados pelo porão, com a demanda de carga, conta Cardier, que enxerga sinais de retomada no internacional. A partir de junho, a empresa estreia o primeiro voo desde o início da pandemia com foco no passageiro: para Cancún (México).

Segundo ele, o cenário deve ser de recuperação, a menos que ocorra uma terceira onda.

— A gente acredita que a chance de uma terceira onda é muito pequena — diz Cadier.

Fonte: *Extra Online*

Data: 25/05/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GOVERNO APROVEITA PANDEMIA PARA VENDER ELETROBRAS A PREÇO DE BANANA, AFIRMA LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO

Por Larissa Fafá - 25 de maio de 2021 - Em Congresso, Fusões e Aquisições, Setor elétrico

O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PT/PA), apresentou requerimento para debater a MP 1031, que capitaliza a Eletrobras. O pedido já tem a quantidade mínima de assinaturas e deve ser apreciado no plenário do Senado.

A proposta da oposição é uma sessão de debates temáticos com sugestão de pelo menos 17 convidados, a maior parte de associações de defesa do consumidor, sindicatos e pesquisadores do setor.

“Estamos diante de mais um caso em que o governo se aproveita da pandemia para, às escondidas, entregar o patrimônio público a preço de liquidação. Ou melhor, a preço de banana. [...] Não vamos aceitar que vendam facilmente nossas empresas públicas. Nossa luta é grande, mas precisamos nos unir e persistir na defesa do patrimônio brasileiro e dos serviços públicos”, afirmou o líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT/RN).

Além do debate, o requerimento faz parte também de estratégia dos senadores para tentar atrasar a tramitação do texto.

Com 27 assinaturas até o momento, o requerimento deve ser pautado nos próximos dias pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG) e há grandes chances de aprovação.

A falta de debate sobre o tema tem sido a principal reclamação da oposição sobre a velocidade em que a medida provisória tem ganhado.

Na Câmara, deputados da oposição chegaram a levar ao Supremo Tribunal Federal, sem sucesso, tentativas para protelar o andamento da MP e reverter a ausência da comissão especial, instrumento de discussão da matéria.

PT foi essencial para derrubar leilões de térmicas na Lei do Gás

Durante a votação da Lei do Gás no final do ano passado, o PT, liderado pelo senador Jean Paul Prates, foi o maior defensor da retirada dos leilões locais de termelétricas inflexíveis à gás no texto final do projeto de lei, à época relatado por Eduardo Braga (MDB/AM).

O senador pediu a derrubada do artigo por entender que haveria um aumento do custo da energia em troca de favorecimento de um mercado que tem cada vez menos a participação da Petrobras.

Na época, a tentativa de Braga foi rechaçada também pelo líder do governo, Fernando Bezerra (MDB/PE), que considerou a proposta como subsídio cruzado que elevaria o custo da energia. O texto foi derrubado por uma diferença de apenas cinco votos.

No fim das contas, a Lei do Gás voltou para a Câmara e outras alterações foram rejeitadas levando à sanção do texto original, como queria o governo.

A previsão de contratação de térmicas que foi derrubada na Lei do Gás é semelhante ao que foi aprovado no texto da Câmara da MP da capitalização da Eletrobras, desta vez, com apoio do governo.

Pelo substitutivo da medida provisória, o governo terá de contratar ao todo 6 GW de reserva de capacidade em leilões locais no Nordeste, Norte e Centro-Oeste de usinas termelétricas inflexíveis em locais onde ainda não há infraestrutura de gás natural.

A MP passou na Câmara com 313 votos favoráveis à proposta do relator Elmar Nascimento (DEM/BA), que incluiu a contratação dos 6 GW e outras medidas que desagradam associações do setor elétrico.

“Essa comissão, sem dúvida, traria a possibilidade de ouvirmos especialistas, a sociedade civil, fazermos audiências públicas e termos tempo que a seriedade da matéria remete”, disse o líder da minoria na Câmara, Marcelo Freixo (PSOL/RJ), na semana passada.

A votação da MP na última quarta (19) aconteceu em menos de 24 horas após apresentação do relatório final. Com o ritmo de ‘trator’ adotado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), sobrou

aos deputados a realização de duas audiências públicas esvaziadas sobre a capitalização já após a aprovação do texto. Uma terceira chegou a ser cancelada.

Nem o relator da matéria na Câmara, Elmar Nascimento, ou o secretário de Desestatização da Economia, Diogo Mac Cord, apareceram nas audiências marcadas para a última segunda (24) nas comissões permanentes da Câmara.

Apenas um representante do Ministério de Minas e Energia prestou esclarecimentos e garantiu que deve enviar nesta semana aos deputados a informação detalhada do cálculo do impacto tarifário da MP.

O encontro acabou servindo de espaço para críticas de parlamentares da oposição e representantes de associações ligadas ao setor, tanto da área de pesquisa quanto dos eletricitários.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/05/2021

3R PETROLEUM TEM INTERESSE EM ATIVOS ALÉM DO DESINVESTIMENTO DA PETROBRAS

Por epbr - 25 de maio de 2021 - Em Fusões e Aquisições, Petróleo e gás

O presidente da 3R Petroleum, Ricardo Savini, acredita que a oferta de campos de petróleo e gás natural além dos planos de desinvestimento da Petrobras é uma tendência do mercado brasileiro.

E a companhia independente, que busca oportunidades em terra e no mar, tem interesse em negócios com outras operadoras.

“Já está em gestação um mercado secundário de M&A [fusões e aquisições]. O desinvestimento da Petrobras, em escala, é o que governa (...) Mas sim, a gente tem interesse em conversar e analisar outras possibilidades, de outras empresas também”, afirma.

A 3R Petroleum tem seu portfólio formado por ativos maduros colocados à venda pela Petrobras. Foi criada com foco na revitalização de campos em terra e, após a capitalização na bolsa brasileira, formou uma parceria para atuar também no offshore.

Savini participou nesta terça (25) da gas week 2021, evento da agência epbr que reúne executivos e executivas do setor de gás. Veja a programação completa.

“Criamos a 3R para aguardar os desinvestimentos da Petrobras, e vivemos hoje um momento mágico, no qual a maior empresa de óleo e gás do país decidiu se desfazer de ativos que não fazem sentido estratégico e econômico para ela”, diz.

“Mas esse é só um primeiro momento. A partir disso outras empresas são criadas, se fortalecem, cria-se um novo mercado. Daqui a 20 anos, vamos entender a importância deste momento”.

Papel das empresas independentes

O executivo reforçou o papel que as companhias de menor porte tem para o desenvolvimento regional.

Assim, em vez de apontar uma possível redução de investimentos com a saída da Petrobras de áreas maduras e campos marginais, Savini vislumbra uma ampliação dos valores investidos, com maior geração de emprego e renda.

“Esse é o nosso modelo. Já estamos fazendo no Polo Macau, no Rio Grande do Norte [formado por sete campos], onde colocamos em produção dezenas de poços que estavam fechados. Sucedemos a Petrobras na região para investir, dinamizar a economia local e reativar poços.”

Nos próximos dias, a 3R Petroleum esperar iniciar a operação do Polo Rio Ventura, na Bacia do Recôncavo, na Bahia. Formado por oito campos, foram adquiridos da Petrobras em 2020.

Controle de riscos destrava investimentos

A aposta na consolidação desse mercado secundário de M&A no Brasil tem justificativa pela mudança do perfil dos investimentos no onshore do país, apontou Savini.

Atualmente, a aposta das novas companhias se dá em ativos de produção, nos quais o risco é menor. Com isso, fundos de private equity e bancos se sentem mais estimulados a investir.

“Há alguns anos, as empresas que atuavam no onshore focaram investimentos no processo exploratório, que tem mais riscos. E o mercado financeiro não estava acostumado com esse risco exploratório. Hoje a 3R e outras empresas estão focadas em ativos de produção, projetos de menor risco. Isso aumentou a possibilidade de atrair mais investidores.”

O executivo deu como exemplo o IPO da 3R Petroleum na B3, realizado em novembro de 2020, que movimentou R\$ 690 milhões. Quatro meses depois, a petroleira emplacou um follow on, “o follow on mais rápido da B3”, frisou o presidente da 3R Petroleum.

Veja a transmissão completa do painel Investimentos em projeto de gás natural onshore da gas week 2021.

Savini participou ao lado de Renata Isfer, sócia da Petres Energia, e Camila Schoti, gerente geral de Comercialização da Eneva. A moderação foi feita por Fernanda Delgado, da FGV Energia.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 25/05/2021*

ANEEL MARCA LEILÕES DE TÉRMICAS A GÁS NATURAL E CARVÃO PARA 25 DE JUNHO

Por Larissa Fafá - 25 de maio de 2021 - Em Mercado de gás, Setor elétrico

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu nesta terça (25) novas datas para os leilões previstos para 2021. Os leilões A-4 e A-5, que irão substituir termelétricas a combustível por gás e carvão nacional, serão realizados em 25 de junho.

A previsão do Ministério de Minas e Energia (MME) era realizar os certames no dia 11 do mesmo mês, mas precisou ser remarçada por uma demora nas discussões dentro da agência, após pedido de vistas do relator do processo, diretor Efrain Cruz.

Com o atraso na discussão e o prazo apertado, os leilões precisaram de novas datas.

Pelas regras vigentes para licitações, o edital precisa ser aprovado e liberado com pelo menos 30 dias de antecedência do leilão.

Uma das principais mudanças nos editais aprovados é a permissão para entrada de empreendimentos inflexíveis nos leilões de energia já existente.

A alteração divulgada no ano passado pelo MME fez parte do esforço da pasta em conseguir um acordo para votação da Lei do Gás sem mudanças no texto, após pressão do deputado Elmar Nascimento (DEM/BA) por uma previsão legal para justificar novos investimentos no setor.

Projetos cadastrados somam 43,3 GW de potência

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) registrou o cadastramento de 88 projetos de centrais geradores individuais que vão disputar os leilões, totalizando 43,3 GW de potência instalada — alguns dos projetos se encontram em duplicidade em ambos os leilões.



Cadastramento A-4

- Norte: 4 UTEs (1,9 GW)
- Nordeste: 26 UTEs (11,7 GW)
- Centro-Oeste: 3 UTEs (1,5 GW)
- Sudeste: 25 UTEs (15,6 GW)
- Sul: 12 UTEs (3,3 GW)

Total: 33 UTEs (33 GW), sendo

- 6 a carvão (1,5 GW)
- 64 a gás natural (31,5 GW)

Cadastramento A-5

- Norte: 4 UTEs (1,9 GW)
- Nordeste: 23 (12,6 GW)
- Centro-Oeste: 3 UTEs (1,5 GW)
- Sudeste: 37 UTEs (21,0 GW)
- Sul: 12 UTEs (3,9 GW)

Total: 33 UTEs (41 GW)

- 7 a carvão (2,1 GW)
- 72 a gás natural (38,9 GW)

O cadastro não garante que os projetos serão habilitados pela EPE, ou a oferta final de potência nos leilões, que pode ser menor.

A alteração no calendário teve voto contrário de Elisa Bastos. Durante a sessão, a diretora disse que o adiamento dos certames descumpriria portarias do MME e que a deliberação do edital deveria ter sido feita com maior antecedência, com possibilidade de consequências para o mercado com o atraso.

Inicialmente, os leilões para substituição das térmicas seriam realizados em 2020, mas foram adiados pelo próprio governo com o início da pandemia em março do ano passado. Com a retomada do consumo de energia elétrica, a pasta também restabeleceu o cronograma em dezembro de 2020 para junho deste ano.

Com a mudança, os diretores também aprovaram a postergação dos leilões de energia nova A-3 e A-4, que prevê contratação de suprimento de fontes eólica, solar, biomassa e hidráulica, para o dia 08 de julho.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/05/2021

ENEVA VÊ POTENCIAL DE 18 MILHÕES DE M³/DIA DE GÁS COM SUBSTITUIÇÃO ÓLEO

Por epbr - 25 de maio de 2021 - Em Combustíveis, Mercado de gás, Setor elétrico

A substituição do consumo de diesel e óleo combustível representa um potencial de substituição por gás natural da ordem de 18 milhões de m³ por dia nas áreas de operação da Eneva.

“Quer dizer que a gente consegue converter esses 18 milhões? Não, mas é um potencial enorme”, afirma a gerente geral de Comercialização da Eneva, Camila Schoti.

Camila participou nesta terça (25) da gas week 2021, evento da agência epbr que reúne executivos e executivas do setor de gás. Veja a programação completa.



A empresa, que nasceu da integração do gás com a geração de energia termoeletrica no Maranhão, está expandindo as operações em busca de soluções logísticas e mercado consumidor para o energético.

“Tem muito espaço para contribuir tanto com a interiorização do gás, quanto para trazer competitividade e reduzir o consumo desses combustíveis mais poluentes”, afirma.

A executiva cita que nos estados do Amazonas, Pará, Roraima e Maranhão, apenas no consumo industrial, o potencial é da ordem de 4 milhões de m³/dia; na geração de energia, há aproximadamente 2 milhões de m³/dia.

“E tem um grande nicho – esse sim que ainda precisa ser destravado – que é o segmento de transporte. Cerca de 10 milhões de m³ por dia para transporte de carga”, diz.

Pequena escala antecipa criação de novos mercados

Recentemente, a Eneva começou a produzir gás no campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. É o primeiro ativo, não apenas da empresa, a entrar em operação na região.

O projeto é baseado no transporte em pequena escala de GNL: o gás será liquefeito no campo e transportado por caminhões até Boa Vista no estado vizinho de Roraima.

A Bacia do Amazonas está isolada da rede de gasodutos de transporte; e Roraima, do grid de energia, sendo o último estado do país inteiramente dependente da geração local.

A combinação desses fatores viabilizou a contratação da térmica Jaguatirica II, a mil km de distância do campo de Azulão.

“A gente tem confiança que isso é replicável para o interior do país”, diz Camila.

Além da indústria e geração de energia, inclusive de autoprodutores, a executiva cita a possibilidade de atender com pequena escala a revenda varejista de GLP e GNC.

“É uma forma que a gente encontrou de não depender necessariamente do avanço daquela regulação para gasodutos de transporte. O gás já existe, a tecnologia para fazer o transporte e a expertise já existem. E os clientes estão aí”, afirma.

No Maranhão, a empresa opera o complexo do Parnaíba e, no Amazonas, fez a melhor oferta pela compra do Polo Uruçu, no Solimões.

Sai o produtor, entra o consumidor

Camila aponta o que considera uma mudança no mercado de gás natural no Brasil, que ganhou mais um elemento a partir da aprovação da Lei do Gás.

Para ela, a redução da participação da Petrobras no setor está deslocando o foco do produtor do energético para o consumidor.

“Para além de ter um grande player abrindo espaço, não me lembro de um momento como o atual, em que o cliente final estivesse tão no centro dos negócios. O cliente hoje faz parte desse processo de ancorar investimentos”, detalhou.

Camila participou na manhã desta terça (25) do painel Investimentos em projeto de gás natural onshore no país, no segundo dia da gas week 2021, promovida pela epbr.

O painel ainda contou com a participação de Ricardo Savini, presidente da 3R Petroleum, e Renata Isfer, sócia da Petres Energia, com moderação de Fernanda Delgado, da FGV Energia.



DIA DA INDÚSTRIA: SETOR RESPONDE POR 24% DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Artigo por Sérgio Duarte, presidente da Rio Indústria e fundador do Grupo Corrêa Duarte
Por epbr - 25 de maio de 2021 - Em Colunas*

Associar o Estado do Rio de Janeiro a turismo e a cultura sempre foi simples e prazeroso. Mas hoje, dia 25 de maio, Dia da Indústria, queremos destacar para os fluminenses o nosso setor industrial.

A atividade remonta ao período colonial, onde aqui se fabricavam tijolos, açúcar e moedas. Não obstante, a indústria mais antiga em funcionamento no Brasil é a Casa da Moeda do Brasil, há mais de 200 anos localizada no Rio de Janeiro, hoje no Distrito Industrial de Santa Cruz.

No período imperial, foi no Rio que surgiram os primeiros grandes empresários industriais, como Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá, que implantou aqui a primeira fundição de ferro e o primeiro estaleiro do país, a iluminação a gás das ruas da capital, e conectou o Rio ao interior através de ferrovia, a outro estado por meio da rodovia, e ao mundo por cabo submarino telegráfico, dentre outros grandes feitos.

Já na República, com a capital do país no Rio até 1960, registramos a chegada das grandes indústrias nacionais, como a CSN, a Petrobras, a Eletrobras e a Vale, todas ainda com sede no Estado. Nas últimas décadas, damos destaque para a instalação no interior do estado dos complexos industriais automotivo, de termelétricas e da indústria de apoio à extração de petróleo e gás.

Hoje, a indústria responde por 24% da economia do Estado do Rio de Janeiro, sendo a segunda mais importante do país.

Distribuídas por todas as regiões do Estado, estão 25 mil plantas industriais dos mais diversos portes: micro, pequenas, médias e grandes empresas, que empregam 580 mil funcionários com carteira assinada e possuem massa salarial de R\$ 33 bilhões ao ano, fazendo a roda da economia fluminense girar.

Importante destacar que estes números da Indústria fluminense representam o agregado de quatro setores econômicos bem distintos: a Indústria Extrativa, a Indústria de Transformação, popularmente conhecida como manufatureira, a Indústria da Construção e os Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP.

No estado do Rio, a Indústria de Transformação é a que mais emprega, movimentando 24 segmentos industriais, como fabricação de Artigos de Vestuário, Alimentos, Bebidas, Naval, Metalurgia, Plástico e Petroquímica.

Mas, infelizmente, sua participação na economia vem sendo reduzida ao longo dos anos.

O setor, que já foi o terceiro mais importante do país, em termos de PIB, hoje ocupa a distante 6ª posição, atrás de todos os estados do Sul, de SP e MG.

Esse processo de desindustrialização precisa e deve ser revertido, por tratar-se de um setor capaz de contribuir de diferentes formas para o desenvolvimento social e econômico do Estado e dos municípios do Rio de Janeiro, através da geração de emprego e renda, do recolhimento de tributos, da atração de outros investimentos para sua cadeia e da expansão das atividades de comércio e serviço nas localidades onde se instalam.

Quem tem a oportunidade de trabalhar numa planta industrial sabe que ali se respeitam rigorosas regras de saúde e segurança do trabalho, investe-se na qualificação do trabalhador, é um setor que possui baixa rotatividade de emprego e oferece remuneração média acima dos demais setores da

economia. Infelizmente, apenas no ano passado, quase 9 mil trabalhadores perderam essa oportunidade no Estado do Rio.

Mas, é possível reverter este cenário. O Rio de Janeiro é vocacionado para a atividade industrial. Possui uma grande cadeia de fábricas e fornecedores, bem como de mão de obra qualificada, e localização privilegiada, a 500 km de 50% do PIB nacional.

A retomada do crescimento da indústria de transformação fluminense passa pelo aumento da competitividade interna, da melhoria da infraestrutura logística do estado, da capacidade de investimento do setor público, da qualidade e oferta de energia, da segurança e da redução da burocracia, das obrigações acessórias e da carga tributária.

O industrial fluminense é competente e competitivo intramuros. É preciso que o Estado preserve nossa competitividade entre a fábrica e o mercado.

Os ganhos desse aumento de competitividade gerariam reflexos positivos por todo estado do Rio, uma vez que é possível encontrar indústrias de transformação em todas as regiões fluminenses.

Como exemplo, na Baixada Fluminense, com o polo petroquímico e mobiliário; no Médio Paraíba, com metalmeccânico e automotivo; no Norte, com óleo e gás e maquinário; na Costa Verde, com naval e energia nuclear; na região Serrana, com moda, bebidas e aeronáutico; no Noroeste, com papel e rochas ornamentais; e no Centro-Sul, com alimentos e plásticos.

A capital fluminense, por si só, concentra 32% dos estabelecimentos e 37% dos empregados industriais fluminenses. A capital do estado é também a capital da indústria fluminense. Nossa cidade maravilhosa é o melhor exemplo de que a atividade industrial é capaz de conviver em perfeita harmonia com a natureza e o meio ambiente.

O maior complexo industrial do estado é banhado pelas mais belas praias do país e cercada pela maior floresta urbana do mundo.

No complexo siderúrgico na zona Oeste ou no farmacêutico na zona Norte, nas indústrias gráficas do Centro ou de ourivesaria na zona Sul, a atividade industrial está presente nos quatro cantos desta cidade.

Além da atividade terrestre, o Rio de Janeiro possui uma indústria extrativa com grande atividade offshore.

Ao contrário da indústria de transformação, a Indústria Extrativa tem apresentado altas taxas de crescimento ao longo dos últimos anos. A produção de petróleo e gás em águas fluminenses se transformou na principal atividade industrial do Estado, que responde por 79% da produção nacional de petróleo.

Apesar de sua importância em termos de PIB, seu potencial de encadeamento produtivo é bastante inferior ao da indústria manufatureira. Restrita a poucas grandes empresas, intensiva em capital e com 70% da demanda de insumos atendida por importações, tem contribuído pouco para o desenvolvimento do Estado.

Os pagamentos de Royalties e Participações especiais pela extração de petróleo são a face mais visível de seu impacto na economia fluminense, mas ainda assim bastante limitado, tendo em vista a destinação de grande parte destes recursos para pagamento de despesas previdenciárias.

Ou seja, uma atividade finita que tem financiado o passado, na contramão das melhores práticas mundiais de se investir no futuro. É urgente a revisão deste modelo, tanto para estímulo da cadeia de óleo e gás no estado quanto para maior capacidade de investimento público em educação, inovação e infraestrutura.



A Indústria da Construção, por sua vez, seja do setor de habitação ou de infraestrutura, está presente em todo estado, assim como os Serviços Industriais de Utilidade Pública, que englobam distribuição de gás, energia e saneamento. Juntas, essas atividades industriais buscam garantir a oferta de moradia e de qualidade de vida aos cidadãos fluminenses.

Além de empregos, a atividade industrial recolhe R\$ 23 bilhões por ano em ICMS, o que representa mais da metade da arrecadação da principal receita tributária do Estado do Rio de Janeiro. Como parte desses recursos é repartida com os municípios, esse é um bom exemplo de como a atividade industrial contribui para a oferta de serviços públicos em todo estado.

É imperativo que parte desses recursos também contribuam para a melhoria do ambiente de negócios, sob o risco de o Estado perder seu melhor contribuinte.

Nesta data, a Rio Indústria, Associação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, gostaria de parabenizar todos empresários e colaboradores que fazem do Rio de Janeiro um Estado industrial. Formada por um grupo de empresários que atuam na indústria há mais de 20 anos, a Rio Indústria está ciente dos desafios, mas também das oportunidades para se empreender no Rio.

Estamos preparados para atuar junto às lideranças locais pela melhoria da competitividade fluminense e para apoiar todos aqueles que já investem ou que queiram investir no Estado do Rio de Janeiro, na certeza de que este é o melhor local para se prosperar.

Sérgio Duarte é presidente da Rio Indústria, fundador do Grupo Corrêa Duarte, presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentos do Município do Rio de Janeiro e membro conselheiro da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 25/05/2021

UMA ESTRATÉGIA PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Artigo por Leonardo Soares, secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do estado do Rio de Janeiro

Por epbr - 25 de maio de 2021 - Em Colunas e opinião, Mercado de gás, Mercado offshore, Política energética, Setor elétrico

Hoje, 25 de maio, é comemorado o Dia da Indústria.

A um custo altíssimo, o setor deixou de ser, nas últimas décadas, o motor da economia brasileira: é ponto pacífico – entre economistas, analistas e acadêmicos – que a desindustrialização do país é a raiz da baixa competitividade, da alta dependência das importações e da grave falta de empregos qualificados, de melhor remuneração e proteção social, para mencionar apenas alguns dos vários impactos negativos desse processo.

O Rio de Janeiro vive um momento histórico, com a possibilidade de que, nos próximos anos, o gás natural se consolide como a energia de uma indústria nova, contemporânea e competitiva, que irá irradiar ondas de desenvolvimento em todo o estado.

Respondendo por 79,3% da produção nacional de petróleo e por 61,2% do gás natural, o Rio de Janeiro é o principal hub energético brasileiro.

Pensando nisso, o governo do estado do Rio de Janeiro deu o pontapé inicial no projeto Industrializa RJ, uma política industrial como estratégia central da retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável do estado.

- O secretário de Desenvolvimento Econômico, Leonardo Soares, apresenta as propostas do governo do Rio de Janeiro para utilizar o gás natural como motor da retomada do crescimento. Ao vivo nesta terça (25), às 15h00, na #GasWeek2021: <https://youtu.be/fCF-tnS-IWk>



São iniciativas de longo prazo e grande alcance, para aumento dos investimentos e do emprego industrial.

A ideia é incentivar o uso do gás natural como fonte energética capaz de reduzir custos de produção e também como insumo em processos de industrialização de segmentos como o de fertilizantes, siderurgia, metal mecânico, têxtil, alimentos e bebidas.

Desta forma, vamos viabilizar, no médio e longo prazo, a reindustrialização do estado, especialmente a partir do seu interior.

E, no curto prazo, criaremos empregos a partir da construção civil, por exemplo.

Estamos trabalhando para criar as melhores condições para a chegada de novos empreendimentos e o crescimento daqueles que já estão em nosso estado.

Estamos divulgando e colocando na mesa, em reuniões com diversos empreendedores, uma visão realista das oportunidades, aproximando oferta e demanda para destravar investimentos no estado e iniciar, de forma efetiva, o novo mercado nacional de gás natural.

Esses encontros, que reúnem representantes de infraestrutura, ofertantes, demandantes e agentes financeiros, têm como objetivo identificar ações concretas por parte do governo para mapear demandas, remover gargalos e destravar investimentos da indústria de gás fluminense.

A demanda pelo gás é uma realidade. Todos os elos da cadeia já sabem disso.

A proximidade com as reservas de gás gera uma facilidade no escoamento, que já se reflete no número de termelétricas instaladas no Norte Fluminense, por exemplo, que têm potencial para atender às demandas da indústria local e de todo o estado.

O escoamento da produção do gás do pré-sal, via Porto de Itaguaí, irá requalificar e expandir as competências logísticas do espaço e acelerar a implantação de novas empresas e indústrias no seu entorno.

A Rota 3 do gás natural, que já leva a matéria-prima da Região Norte para ser manufaturada em Itaboraí, irá atrair novos empreendimentos e implantar indústrias na região de Maricá.

São oportunidades que nos permitem sonhar com algo que pode transformar todo o estado do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento passa pelo estímulo à indústria. Não existe política econômica sem política industrial, sem a adoção de ações governamentais de incentivo à atividade.

Acreditamos que, com o Industrializa RJ, estamos dando um passo importante, colocando a industrialização como estratégia de desenvolvimento.

Isso é algo que, certamente, vai atrair novos investimentos para o estado.

São negócios que geram emprego e renda para a população, além de receita e competitividade para o estado.

Temos consciência de que o gás natural será o combustível para o desenvolvimento e retomada do crescimento econômico do estado do Rio de Janeiro.

A reindustrialização do Rio de Janeiro a partir do gás natural é uma janela de oportunidades que o estado não vai perder.

Artigo por Leonardo Soares, secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/05/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PRORROGAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DEPENDE DA PANDEMIA, DIZ GUEDES

Ministro fala também em criar 'bônus' para Bolsa Família

Por Manoel Ventura e Fernanda Trisotto



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24997538-fb9-79c/FT1086A/x51145533520_bdb09e2861_o.jpg.pagespeed.ic.vsd-v1D2un.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante entrevista Foto: Edu Andrade / Ascom/ME

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira que a prorrogação do auxílio emergencial depende do avanço da pandemia de Covid-19. De acordo com ele, se a pandemia seguir, as camadas de proteção serão renovadas.

Após deixar um evento do setor financeiro em São Paulo, Guedes foi perguntado por jornalistas se o auxílio será prorrogado e por quanto tempo. Ele respondeu:

— Depende da pandemia. Se a pandemia continuar conosco, nós temos que ir renovando as camadas de proteção. Se a pandemia recua, nós podemos já passar pro Bolsa Família.

Mais cedo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu a extensão do auxílio emergencial por mais “um ou dois meses”, antes da implantação do que ele chama de “um programa social mais permanente” no Brasil.

— (O auxílio emergencial) pode, eventualmente, ser editado mais um ou dois meses enquanto não há implantação de um programa perene de assistência social. É isso que o Congresso Nacional fará, ou como protagonista ou como coadjuvante, não importa — disse Pacheco.

Como o GLOBO revelou no sábado, o governo avalia a possibilidade de prorrogar o auxílio emergencial — previsto para durar quatro meses em 2021 — e adiar a reforma do Bolsa Família, inicialmente prevista para começar a valer em agosto.

Diante de uma possível terceira onda de Covid-19 e níveis de desemprego e pobreza em alta, auxiliares do presidente defendem o auxílio como uma forma mais eficaz de melhorar a popularidade de Jair Bolsonaro e agradecer a parlamentares da base aliada.

A justificativa para a estratégia é que o auxílio emergencial é mais abrangente. São 39,1 milhões de famílias beneficiárias, contra 14,69 milhões no Bolsa Família. O valor do auxílio hoje é de R\$ 250, maior que a média de R\$ 190 recebidos pelos domicílios inscritos no programa permanente.

'Bônus' no Bolsa Família

Durante o evento, Guedes sugeriu distribuir parte de valores arrecadados com venda de estatais diretamente para a população mais vulnerável. Seria um programa de “distribuição de riqueza” para além do Bolsa Família, disse Guedes.

— O Estado brasileiro tem muitos recursos. Então, você fala o seguinte: “bom, se eu vender uma estatal, eu reduzo a dívida pública”. Só que ninguém tem incentivo para vender. Então se eu vender uma estatal por 100, quem sabe se eu pegar 20% e jogar pros mais pobres? Distribuição de riqueza, não só de renda. As estatais pertencem ao povo brasileiro. Oitenta por cento eu vou reduzir a dívida, mas vinte por cento eu vou distribuir — disse o ministro, em evento do setor financeiro.

Para Guedes, atrelar o resultado da venda de estatais a um programa como esse pode ser um incentivo para acelerar as privatizações, que pouco avançaram durante o governo Jair Bolsonaro.

— Uma coisa é transferência de renda. “Olha, tá aqui um bolsa um Bolsa Família”. Agora, se privatizar “A”, “B” e “C”, dobrou o Bolsa Família nesse ano. Se não vender nada, não vem mais nada. Não consegui vender nada... — disse o ministro.

Guedes também disse que isso pode acontecer com dividendos de estatais depois do fechamento de empresas públicas deficitárias.

— Tenho R\$ 30 bilhões de dividendos aqui, mas gasto R\$ 30 bilhões para estatais dependentes do lado de lá. Um consome o outro. Quem sabe se eu fechar essas dependentes isso aqui ou vender, sobra esse dividendo aqui e eu dou uma chuva para o pessoal mais frágil — disse o ministro.

Guedes afirmou que esse modelo não será um substituto do Bolsa Família, que é recorrente.

Baixa: Presidente da Previ pede demissão. Comunicado do fundo de pensão do BB elogia executivo, alvo do Centrão

— Ou seja, tem não só o Bolsa Família, que é recorrente, mas tem de vez em quando um bônus de capitalismo popular, sim, quando eu vendo uma estatal, celebrem, está aqui dinheiro os mais frágeis. Isso pertence a vocês — afirmou.

O ministro lembrou o discurso de quem é contra as privatizações, citando que as estatais “são do povo brasileiro”.

— As estatais não são do povo brasileiro? Não é o que se diz? “Não pode vender estatal não, porque é do povo”. Não, eu quero vender pra poder entregar ela pro povo. Estamos desenvolvendo uma ideia dessa também. Vamos estimular, quem sabe, a gente acelera um pouco as privatizações. E a gente melhora o problema da desigualdade social — completou.

Brasil vai embalar

Guedes defendeu a aceleração das privatizações e reformas para abrir o caminho da retomada do crescimento sustentável e diz que se o PIB alcançar entre 4,5% e 5% esse ano, o Brasil vai “embalar”.

— O Brasil incontornavelmente terá que ir em direção aos mercados cada vez mais. Nós vamos acelerar as privatizações, nós vamos fazer essas reformas e isso abre um caminho de retomada do crescimento sustentável – declarou.

Para ele, substituir a recuperação cíclica da economia baseada em consumo por uma retomada sustentável baseada em investimento – concessões, privatizações, saneamento, infraestrutura e logística – é o grande desafio do país.

— Esse é o grande desafio a frente e o Brasil está mostrando que vai chegar lá. Como disse o Mansueto (Almeida, economista-chefe do BTG), crescendo 4,5% ou 5% esse ano, embala – declarou

o ministro fazendo referência a estimativa de avanço do PIB citada por Mansueto, seu interlocutor no evento.

Ao falar sobre investimento estrangeiro, Guedes defendeu que estava desempenhando seu papel de ministro para organizar a economia.

— Tem que trabalhar em vez de vender. Não adianta vender o que não dá pra entregar. Imagina se eu trago os gringos todo para o Brasil, com dólar a R\$ 2,20. Ai o dólar vem a R\$ 5,50... – comentou, levando em conta a variação cambial dos últimos anos.

E acrescentou:

— Primeiro tem que entregar, depois os caras vêm devagarzinho. Entram (com dólar) a R\$ 5,50, e quem sabe vão sair a R\$ 3,20, daqui a dois, três anos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/05/2021

EMPRESÁRIOS QUEREM OUSADIA DO GOVERNO DURANTE DISCUSSÕES DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Representantes do Instituto Unidos pelo Brasil almoçaram com o ministro Paulo Guedes, em São Paulo

Por João Sorima Neto

SÃO PAULO —O ministro da Economia, Paulo Guedes, almoçou nesta terça-feira em São Paulo com representantes do Instituto Unidos pelo Brasil e foi cobrado pelos empresários para que o governo tenha ousadia na reforma administrativa. O ministro ouviu dos empresários que é preciso fazer uma 'cirurgia de grande porte no Estado brasileiro', beneficiando os 90% da população, que 'puxam a carroça da economia', em detrimento dos 10% de funcionários públicos, que recebem altos salários.

Os empresários reforçaram junto ao ministro de que a lógica de que não se faz reforma administrativa em ano eleitoral já está ultrapassada. O grupo era formado por parte do empresariado que apoia o governo Bolsonaro.

— É preciso uma cirurgia de grande porte no Estado. A lógica de que não se faz reforma administrativa em ano eleitoral está ultrapassada e, ao contrário, é uma boa estratégia política para beneficiar quem "puxa a carroça" da economia e paga as contas do país, que são os 90% da população —disse Flavio Rocha, presidente do Conselho da Guararapes/Riachuelo, que participou do almoço.

Os empresários pediram a Guedes que o governo seja 'corajoso' como foi na reforma trabalhista, quando se esperavam mudanças pontuais nas leis, mas que acabaram resultando numa ampla reforma de mais de 200 dispositivos, inclusive constitucionais.

— Por isso, é preciso encorajar o relator da reforma administrativa a ousar —disse Rocha.

Ontem, o deputado Darci de Matos (PSD-SC), relator da reforma administrativa, apresentou uma mudança em seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, prevendo a supressão de novos itens na proposta do Executivo. Nas alterações, Matos sugere que sejam suprimidos do texto todos os novos princípios da administração pública previstos pelo governo: "imparcialidade", "transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública" e "subsidiariedade".

Rocha disse que o ministro destacou durante o encontro que a economia vem se recuperando num ritmo mais forte do que se esperava. Lembrou que vários bancos revisaram para cima suas

projeções para o PIB este ano, que estão mais próximas de 4% do que 3%, como anteriormente. Guedes se mostrou bastante otimista com o ritmo de recuperação da economia, e avaliou positivamente as notícias de que as vacinas da Pfizer e da AstraZeneca/Oxford, que estão sendo aplicadas nos brasileiros, se mostraram eficazes contra a nova cepa indiana do vírus da Covid-19.

Além de Flavio Rocha, participaram do almoço Rubens Menin, presidente do Conselho da MRV, José Auriemo - presidente do Conselho da JHSF, e Urubatan Helou, presidente da Bras Press, além de Marly Parra, vice-presidente do Instituto Unidos Brasil, além de assessores do ministro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/05/2021

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA REFORMA ADMINISTRATIVA COM RESSALVAS A EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS POR DECRETO E AO ACÚMULO DE FUNÇÕES

Votação do parecer do deputado Darci de Matos (PSD-SC) foi concluída nesta terça-feira. Texto segue para comissão especial

Por Fernanda Trisotto

BRASÍLIA – A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o relatório da reforma administrativa em sessão nesta terça-feira. Elaborado pelo deputado Darci de Matos (PSD-SC), o documento fazia ressalvas a extinção de órgãos por decreto, ao acúmulo de funções e aos novos princípios da administração pública.

Foram 39 votos para acatar o relatório e 26 contrários. Agora, o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera as regras para os futuros servidores segue para a comissão especial, que ainda será instalada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Apesar disso, ele já definiu que o colegiado será presidido por Fernando Monteiro (PP-PE) e a relatoria ficará com o deputado Arthur Maia (DEM-BA).

As ressalvas feitas pelo relator foram técnicas. No caso da alteração que daria mais poder ao presidente da República para mudar a estrutura do Poder Executivo sem aval do Congresso Nacional, permitindo a extinção de órgãos e reorganização de autarquias e fundações por decreto, a avaliação é de que as “entidades desempenham atividades administrativas de forma descentralizada”, não sendo subordinadas a ministérios.

Já em relação ao acúmulo de cargos públicos com outras atividades, que seria proibido aos servidores ocupantes de cargos típicos de Estado – uma modalidade que seria criada com a reforma para garantir estabilidade a determinadas funções públicas – a avaliação foi de que não se pode proibir outro trabalho.

O relatório ainda retirou do texto o trecho que criava novos princípios para nortear o serviço público, entre eles do da imparcialidade e o da transparência. A avaliação é de que a mudança, sem regulamentação clara, poderia criar insegurança jurídica sobre as regras do funcionalismo.

Matos considerou, em seu parecer, que a proposta apresenta pontos polêmicos que terão de ser discutidos na comissão especial. Além disso, deputados articulam incluir membros de poder – como juízes e desembargadores – na proposta.

O governo decidiu não incluir integrantes do Judiciário e do Legislativo sob o argumento de que isso caracterizaria uma interferência do Executivo sobre as regras de outros Poderes. Mas, na ocasião, técnicos da equipe econômica afirmaram que o Congresso poderia fazer a mudança. Entidades que representam categorias do judiciário contestam, mas não há consenso sobre a alteração.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/05/2021

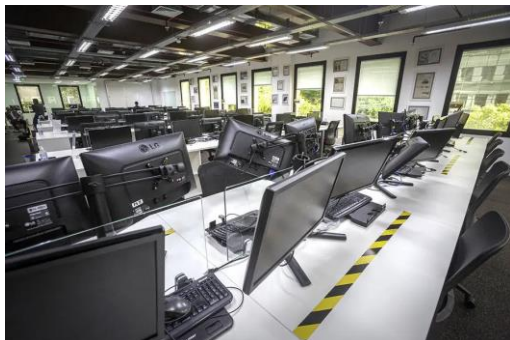
O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

EMPRESAS PREVEEM VOLTA AO ESCRITÓRIO EM 2022 E ADOTAM TRABALHO HÍBRIDO DE FORMA PERMANENTE

De acordo com pesquisa da KPMG, 87% das empresas entrevistadas afirmam que vão manter sistema de trabalho presencial e remoto mesmo após o retorno de equipes ao escritório

Por Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo



https://img.estadao.com.br/resources/jpg/1/1/162191093821_1.jpg

Falta de controle da pandemia criou um cenário incerto para a volta definitiva aos escritórios. Foto: Taba Benedicto/Estadão

Com o prolongamento da pandemia de covid-19, 33,8% das empresas já preveem voltar ao trabalho presencial nos escritórios apenas em 2022, enquanto 66,2% já voltaram ou esperam que isso ocorra ao longo deste ano, conforme pesquisa da consultoria KPMG. Ainda assim, o “home office” veio para ficar, já que, mesmo com o avanço da

vacinação, 87,3% dos entrevistados disseram que suas empresas manterão um sistema híbrido com trabalho presencial e remoto, mostra o levantamento, obtido pelo Estadão.

À medida que foi ficando mais claro que a pandemia demoraria para passar, a expectativa de retorno aos escritórios foi sendo adiada sucessivamente, o que pode ser observado na comparação das diferentes edições da pesquisa da KPMG. A consultoria vem realizando o levantamento desde o início da pandemia, em 2020 – a quinta edição, a mais recente, é referente a março passado, e ouviu 361 executivos de empresas localizadas em todo o País.

A Locaweb, empresa especializada na hospedagem de sites da internet, desistiu de fixar uma data de retorno. Ao longo de 2020, a direção da empresa ainda dava sinalizações de prazo para a volta do trabalho presencial aos empregados, mas, hoje, “não falamos mais em tempo”, disse Simony Morais, diretora de Gente e Gestão da companhia. “No mundo ideal, quando tiver vacina para todo mundo, voltaremos”, afirmou.

A quinta edição da pesquisa da KPMG foi a primeira a trazer respostas apontando 2022 como data de volta. A comparação do levantamento mais recente com a edição anterior, referente ao bimestre outubro-novembro do ano passado, sugere que a piora da pandemia neste início de ano pode ter levado empresas a voltarem atrás em seus planos de retorno. “Um dos motivos para o recuo na decisão de voltar aos escritórios diz respeito ao trabalho híbrido”, disse o sócio de clientes e mercados da KPMG no Brasil e América do Sul, Jean Paraskevopoulos.

Os 87,3% dos entrevistados que disseram que suas empresas manterão um sistema híbrido com trabalho presencial e remoto, após o controle da covid-19, apontaram que o “home office” continuaria sendo usado de uma vez por semana a todos os dias. A resposta mais frequente (33,5%) foi que o trabalho remoto seria mantido três vezes por semana. “Isso já está acontecendo. Muitas empresas já tinham procedimentos de trabalho remoto e aceleraram sua implantação”, afirmou Paraskevopoulos.

É o caso da Locaweb, de acordo com Simony Morais, diretora corporativa de gente e gestão. Com a covid-19, a Locaweb passou todos os funcionários para o “home office”. Nos primeiros meses de pandemia, apenas os cerca de 40 empregados da área de “hardware” – os equipamentos que precisam de manutenção permanente – foram mantidos na sede, no Morumbi. Mesmo os cerca de 200 funcionários da área de suporte, responsáveis por atendimento telefônico a clientes, vêm trabalhando remotamente a maior parte do tempo durante a pandemia. Os demais aderiram em

massa ao “home office”. A empresa abriu capital na Bolsa logo antes da pandemia, em fevereiro de 2020 e vem em acelerado crescimento, após a aquisição de dez empresas no último ano.

Embora não fixe data para voltar ao escritório, a Locaweb já decidiu adotar um modelo híbrido e terminou, em abril, uma reforma sede do Morumbi – que tem 11 mil metros quadrados, onde trabalhavam, antes da pandemia, em torno de mil funcionários. Em vez de mesas fixas com nomes e objetos pessoais dos empregados, o novo espaço terá mais espaços colaborativos, como mesas para até dez pessoas ocuparem ao mesmo tempo.

Morais estima que de 10% a 20% do total de empregados passarão permanentemente para o trabalho remoto. Nos últimos meses, a Locaweb tem feito seleções para vagas que podem ser remotas, ou seja, os profissionais interessados podem se candidatar para trabalhar de casa, onde quer que morem no País – o programa de trainees será nesses moldes.

Permanentemente no escritório, ficarão apenas os funcionários responsáveis pelo “hardware” e os 200 do atendimento, quando a pandemia permitir. Segundo Paraskevopoulos, da KPMG, o sistema híbrido não significa acabar de vez com os escritórios, afinal, “somos seres sociáveis”, mas o trabalho presencial poderá ser dedicado a atividades com “benefícios claros”, como reuniões ou treinamentos que realmente sejam mais eficazes quando feitos pessoalmente. Assim, os escritórios terão menos mesas de trabalho individual e mais espaços de convivência e salas de reunião.

Novo modelo de trabalho

A incorporadora imobiliária Vitacon também está desenhando a nova sede conforme um modelo híbrido de trabalho. O novo escritório, num prédio que está sendo modernizado no Jardim Paulista, terá metade das estações de trabalho individual de hoje. Atualmente, o setor administrativo da Vitacon ocupa 628 metros quadrados, com 75 postos de trabalho. No novo prédio, terá 526 metros quadrados e 34 posições. A ideia é mudar daqui a um mês, disse o presidente da empresa, Ariel Frankel.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/2/1621952281327.jpg>

Ariel Frankel, presidente da incorporadora Vitacon, onde o trabalho remoto atingiu 80% do pessoal administrativo e 50% do pessoal de vendas. Foto: Vitacon/Divulgação

Assim como a Locaweb, a Vitacon vinha colocando em prática um plano de digitalização dos processos, com passibilidade de trabalho remoto, há cerca de quatro anos e meio.

Apesar de permitido, o “home office” era “tímido e pontual”, até que a pandemia acelerou as mudanças.

Logo após a chegada da covid-19 no País, a empresa montou um “comitê de crise” e passou a maioria dos empregados para o trabalho remoto “em 48 horas”.

Nos meses seguintes, deixou a decisão de ir ao escritório como opção de cada profissional. Na prática, em torno de 80% do pessoal administrativo e 50% do pessoal de vendas passaram a trabalhar remotamente. “A pandemia exigiu isso, mas percebemos rapidamente que as mudanças eram positivas”, afirmou Frankel. Agora, embora não estabeleça uma data para voltar de vez ao escritório, a Vitacon seguiu adiante com a nova sede, aderindo ao trabalho híbrido de qualquer forma. Além de estações de trabalho flexíveis e mais salas de reunião, a nova sede terá um café aberto para a cidade, uma loja de experiência da marca – com um apartamento decorado e interfaces digitais para autoatendimento de informações sobre seus empreendimentos.

Retorno dos negócios

Mesmo com a expectativa de um crescimento econômico mais forte neste início de ano do que se esperava inicialmente, a maioria dos executivos de grandes companhias espera que a normalidade nos negócios após a crise causada pela covid-19 ainda levará de seis meses a um ano para se

restabelecer, conforme pesquisa da consultoria KPMG. De um total de 55 empresários e altos executivos, 74,5% responderam que esperam a volta da normalidade nesse prazo, levando em conta que a vacinação está em andamento, mostra o levantamento, obtido pelo Estadão.

Apesar do otimismo com o impulso que a vacinação deverá dar às atividades, a primeira edição da pesquisa em 2021 confirma seguidos adiamentos nas expectativas de retomada plena, desde o ano passado. Ao longo das quatro edições da pesquisa que levou a campo em 2020, a KPMG constatou uma piora nas percepções sobre o desempenho dos negócios em 2021.

Na primeira edição do levantamento, no bimestre abril-maio de 2020, 31% dos entrevistados disseram que, diante do tombo no pior momento da pandemia de covid-19, o faturamento de 2021 poderia saltar mais de 25%. Na quarta edição, feita em outubro-novembro de 2020, apenas 10% apostavam numa retomada tão forte, enquanto 40% projetavam um faturamento com alta de 10% a 25% e 27% esperavam crescimento de até 10% sobre 2020. Na primeira edição de 2021, feita em março, a pesquisa não repetiu essa pergunta.

Para Jean Paraskevopoulos, a fixação da volta à normalidade para daqui a seis meses ou um ano emerge da pesquisa porque o avanço da vacinação é a variável mais importante no cenário atual. “A partir do momento em que se atinge certo nível de imunização, haverá um efeito elástico. Demanda e investimentos reprimidos virão muito rápido”, afirmou Paraskevopoulos.

Para o executivo, conforme a percepção dos executivos de grandes companhias, essa recuperação rápida virá no último trimestre deste ano e no início de 2022.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/05/2021

PRESIDENTE DA PREVI, JOSÉ MAURÍCIO COELHO, RENUNCIA AO CARGO

Sem informar o motivo da saída, o fundo de pensão comunicou que a decisão passa a valer a partir de 14 de junho

Por Cynthia Declodt, O Estado de S.Paulo

São Paulo - A Previ, fundo de previdência do Banco do Brasil, informou a renúncia de seu presidente, José Mauricio Pereira Coelho, com efeito a partir de 14 de junho. A informação consta no site da entidade, que não explica o motivo de sua renúncia. Não há um nome do substituto ao cargo ainda, de acordo com a Previ. A indicação cabe ao presidente do Banco do Brasil, Fausto de Andrade Ribeiro.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/3/1621969062532.jpg>

José Mauricio Coelho renunciou ao comando da Previ. Foto: Previ/Divulgação

O movimento acontece três dias após a Previ reduzir sua participação de 9% para 6% na BRF em leilão na B3, onde o comprador foi a Marfrig. A Previ informou no sábado que levantou R\$ 651 milhões com a venda.

“Nos quase três anos à frente Entidade, José Mauricio conduziu a Previ com segurança por cenários desafiadores, com resultados positivos durante toda a sua gestão”, diz a entidade ao comunicar sua renúncia. A Previ lembra que no final de 2018, seis meses após a sua chegada, o déficit do ano anterior do fundo foi revertido.

“Os anos seguintes foram de superávits para o principal plano da Previ, o Plano 1, que atualmente tem mais de R\$ 230 bilhões em ativos. Em 2020, mesmo diante da maior crise dos últimos 100 anos, o resultado acumulado do plano foi positivo em R\$ 13,9 bilhões. A prévia até o mês de abril de 2021

mostra um aumento relevante desse superávit, que ultrapassa os R\$ 20 bilhões. É o maior superávit acumulado da Previ desde 2013”, diz a entidade.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/05/2021

Valor

ECONÔMICO

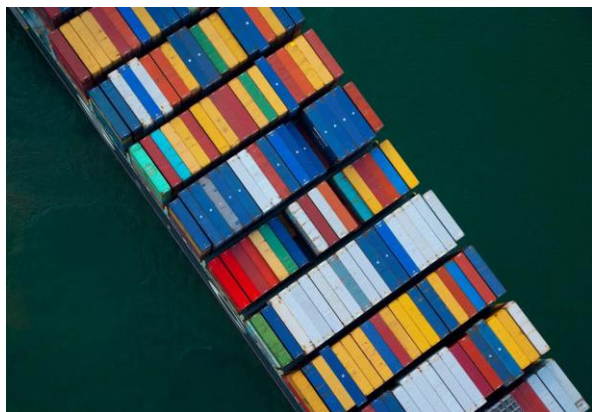
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

PREÇOS DE COMMODITIES FAZEM COMÉRCIO DO G20 BATER RECORDE

Levantamento da OCDE mostra exportações e importações aumentando 8,0% e 8,1%, respectivamente, em valor entre janeiro e março deste ano comparado ao trimestre anterior

Por Assis Moreira, Valor — Genebra



[https://s2.glbimg.com/u-OnQoWYM9pFUezhdgzANundHoU=/0x0:3000x2097/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/t/W/Mumm1nQYCFxPlraCXPYg/1162503.jpg](https://s2.glbimg.com/u-OnQoWYM9pFUezhdgzANundHoU=/0x0:3000x2097/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/t/W/Mumm1nQYCFxPlraCXPYg/1162503.jpg)

— Foto: Tim Rue/Bloomberg

O comércio internacional de mercadorias das maiores economias, que formam o G20, atingiu um recorde no primeiro trimestre de 2021, medido em dólares dos EUA e impulsionado pelos preços de commodities.

Levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra continuidade na recuperação, com as exportações e importações aumentando 8,0% e 8,1%, respectivamente, em valor entre janeiro e março deste ano comparado ao trimestre anterior. Somente o Reino Unido não teve crescimento no comércio global de mercadorias.

A depreciação do dólar americano e os aumentos nos preços das commodities desempenharam um papel na recuperação do comércio global de bens, diz a OCDE. Os preços das commodities agrícolas, incluindo cereais e óleos vegetais, aumentaram mais de 10% no primeiro trimestre. Os preços dos metais também subiram.

Entre os maiores beneficiários dessa situação, estão a Argentina com aumento das exportações acima de 33,3% em valor, a Austrália em 17,5%, o Brasil em 14,7%, e a África do Sul em 17,3%, entre os maiores exportadores desses produtos do G20.

Também o aumento de quase 35% nos preços do petróleo bruto no primeiro trimestre fez os valores das exportações do Canadá subirem 10,8%, da Rússia, 13,1%, e da Indonésia, 12,4%. Como os produtos energéticos representem grande importação para a maioria das economias do G20, os aumentos de preços também resultaram em valores de importação mais altos no mesmo período.

A OCDE constata também que o boom relacionado à pandemia nas compras de eletrônicos levou a um aumento na demanda por semicondutores e circuitos integrados. Adicionado a outros fatores, isso causou problemas no fornecimento para acompanhar a demanda, resultando em escassez e aumento de preços.

Os EUA e a China, em ritmo de forte crescimento econômico, pesam forte no comércio global. No caso dos EUA, o maior comércio de semicondutores contribuiu parcialmente para o crescimento total do comércio de mercadorias do país, com alta de 5,7% das exportações e de 5,3% das

importações. De outro lado, a escassez de chips afetou sobretudo as cadeias de fornecimento de automóveis.

Por sua vez a China, maior comerciante de mercadorias do mundo (soma de exportações e importações), mantém seu forte desempenho. Suas exportações cresceram 18,9%, com produtos eletrônicos, incluindo circuitos integrados, veículos e têxteis (incluindo máscaras faciais). E as importações aumentaram 19,0%, com mais compras sobretudo de metais e minérios metálicos, cereais e circuitos integrados.

Entre janeiro e março, a China já acumulava US\$ 205,6 bilhões de superávit comercial, enquanto os EUA tinham déficit de US\$ 261,9 bilhões.

Na União Europeia, as exportações e importações cresceram em 3,8% e 5,0%, respectivamente.

Uma desaceleração nos embarques de veículos e peças pesou nas exportações totais de mercadorias da França (crescimento modesto de 2,7%) e do México (acima de 0,4%), ficando abaixo da média do G20.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/05/2021

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA LANÇA PORTAL COM DADOS DA AGROPECUÁRIA

Ferramenta reúne em um só local informações sobre o setor de mais de 200 bases de dados

Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília

Segundo a Pasta, o serviço visa a fortalecer e aprimorar a integração, a gestão, o acesso e o monitoramento dos dados e informações de interesse estratégico para o setor e para o Brasil.

Em 2019, na primeira onda de aumento de desmatamento e queimadas na Amazônia, o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, inauguraram a sala onde passou a funcionar o Observatório da Agropecuária Brasileira. Aquela foi a gênese do projeto de integração dos dados, idealizado também como ferramenta para identificar irregularidades ambientais, segundo o ministério.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/05/2021

PACHECO: REFORMAS ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA PODERÃO SER APROVADAS NESTE ANO

Presidente do Senado afirmou também que a Casa deverá apreciar e votar a MP que permite a privatização da Eletrobras antes de o texto perder a validade

Por Cristiane Agostine, Valor — São Paulo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou nesta terça-feira que o Congresso poderá aprovar as reformas administrativa e tributária até o fim deste ano. Ao participar de evento on-line promovido pelo banco BTG Pactual, Pacheco afirmou também que o Senado deverá apreciar e votar a Medida Provisória (MP) que permite a privatização da Eletrobras antes de o texto perder a validade.

Pacheco defendeu a aprovação de reformas estruturantes pelo Congresso. “Enxergo plena possibilidade [de aprovação] tanto da [reforma] administrativa como da tributária neste ano de 2021”, afirmou, durante a conferência transmitida pela internet.

O presidente do Senado disse que a reforma administrativa deve valorizar os servidores públicos e não “demonizá-los”, e defendeu mudanças no tamanho do Estado. “O Estado brasileiro precisa de reformulação. Não é o Estado mínimo, mas o Estado presente no que deve estar presente”, afirmou.

Sobre a tributária, o senador defendeu uma “reforma ampla, que mude o cenário de arrecadação e que seja ousada”. Entre as propostas que espera ver aprovadas nessa reforma, Pacheco listou um “grande projeto de regularização tributária” e de “atualização de ativos”.



[https://s2.glbimg.com/Mlalccmlf8fN7aHycR8h1uP_bU=/0x0:1180x787/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/5/N/3QqwgLTHqBrwFyswVB4w/51116390545-2a53589b06-o.jpg](https://s2.glbimg.com/Mlalccmlf8fN7aHycR8h1uP_bU=/0x0:1180x787/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/5/N/3QqwgLTHqBrwFyswVB4w/51116390545-2a53589b06-o.jpg)

Pacheco: “Enxergo plena possibilidade [de aprovação] tanto da [reforma] administrativa como da tributária neste ano de 2021” — Foto: Marcos Brandão/Marcos Brandão/Senado Federal

Ao falar da necessidade da reforma, o parlamentar disse que é preciso garantir maior segurança jurídica ao país. “A estabilização tributária depende também do Executivo e do

Judiciário. Não podemos ficar à mercê de avaliação da Receita Federal, Receita estadual e do Judiciário.”

Questionado sobre a aprovação da MP que permite a privatização da Eletrobras, Pacheco disse que o Senado tem demonstrado comprometimento com a aprovação de medidas importantes para o país e afirmou que “em nenhum momento houve atraso” na apreciação de MPs para que o texto perdesse a validade. O presidente do Senado disse que a Casa apreciará a MP “dentro do prazo estipulado”, para que seja possível o retorno à Câmara para uma nova análise e aprovação antes de 22 de junho, quando perde a validade.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 25/05/2021

EXPLORAÇÃO DE ÓLEO E GÁS GANHA SENSO DE URGÊNCIA

Preço em alta ajuda na retomada das campanhas exploratórias em meio a cenário de preparação das empresas para transição energética

Por André Ramalho — Do Rio



[https://s2.glbimg.com/WQS9sskKjRkcGgREj1dSKcZbWAQ=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/R/O/TcoldATGCVZwlyLdPvKg/arte25emp-101-petrol-b4.jpg](https://s2.glbimg.com/WQS9sskKjRkcGgREj1dSKcZbWAQ=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/R/O/TcoldATGCVZwlyLdPvKg/arte25emp-101-petrol-b4.jpg)

A interrupção imediata da perfuração de novos poços de petróleo, sugerida pela Agência Internacional de Energia (AIE) como forma de assegurar os cortes de emissões previstos no Acordo de Paris, reforça o senso de urgência na indústria de óleo e gás sobre a necessidade de busca de novas descobertas, antes que a demanda comece a recuar. Embora a moratória tenha sido recebida mais como um gesto simbólico de pressão sobre governos e petroleiras e menos como um risco real ao setor, a percepção no mercado é de

que a transição energética se tornou um caminho sem volta e que a janela de oportunidade para exploração se fechará em algum momento.

A expectativa, no entanto, é que as atividades no Brasil ganhem impulso nos próximos anos, diante da recuperação gradual dos preços do barril. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) projeta investimentos de R\$ 6,5 bilhões em exploração de óleo e gás no Brasil em 2021. São estimados 19 poços offshore (em mar) para este ano, número ainda baixo mas quase quatro vezes superior às



cinco perfurações de 2020, quando as campanhas foram prejudicadas pelo choque de preços da commodity e pelas restrições nas atividades a bordo ante a pandemia de covid-19. Entre as operadoras com projetos previstos para este ano estão Petrobras, Shell e ExxonMobil. Depois de um investimento maciço das grandes petroleiras nos leilões dos últimos anos, é hora de começar a perfurar as áreas adquiridas.

ANP estima ao menos R\$ 6,5 bilhões de investimentos em exploração de óleo e gás no Brasil neste ano

Para o coordenador técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Ineep), William Nozaki, há sinais de que haverá uma aceleração nas atividades exploratórias no Brasil, como reflexo do sucesso dos grandes leilões ocorridos desde 2017. Segundo o pesquisador, o sucesso das petroleiras no processo de transição energética está atrelado, justamente, à capacidade das companhias de renovarem suas reservas.

“Esse novo aumento do preço do petróleo torna improvável que essa recomendação da AIE, de suspensão da perfuração de novos poços, seja seguida”, diz. “É inexequível imaginar a transição energética sem o papel da indústria petrolífera. É o petróleo que está financiando a maior parte dessa transição”, acrescenta.

Nesse sentido, a consultoria Rystad Energy destaca que as reservas provadas de óleo e gás das chamadas “Big Oil” (grupo formado pela ExxonMobil, BP, Shell, Chevron, Total e Eni) têm caído a um ritmo alarmante e que as companhias não têm conseguido repor os volumes produzidos com novas descobertas. Os níveis de reservas dessas empresas caíram 15% em 2020. No Brasil, segundo a ANP, o recuo foi de 6,7% no ano passado.

“Se as reservas não forem altas o suficiente para sustentar os níveis de produção, as empresas terão dificuldade em financiar projetos caros de transição energética, resultando numa desaceleração de seus planos de energia limpa”, opina o vice-presidente de pesquisa de exploração e produção da Rystad, Parul Chopra, em relatório.

A consultoria cita que os volumes descobertos pela indústria global no primeiro trimestre, de 1,2 bilhão de barris de óleo equivalente, foram os menores em sete anos. Essa dificuldade de repor reservas se dá num contexto em que o orçamento das petroleiras foi enxugado após o choque de preços de 2020. Segundo a Rystad, os investimentos projetados para exploração e produção para o biênio 2020-2021 caíram 27% desde a eclosão da pandemia.

A consultoria prevê que, embora devam começar a aumentar lentamente a partir de 2022, os gastos das petroleiras não atingirão os níveis pré-pandemia, de US\$ 530 bilhões, pelo menos até 2025 - horizonte limite da projeção.

Com menor capital disponível e expectativa de redução da demanda por petróleo nas próximas décadas, atrair investimentos para exploração será uma missão cada vez mais dura para os países. O pré-sal brasileiro, no entanto, está bem posicionado nessa disputa global.

O presidente da Chevron Brasil, Mariano Vela, disse que o “tamanho das oportunidades do Brasil é algo muito atrativo” e que os ativos do pré-sal estão no “topo dos rankings mundiais” em potencial de descobertas de recursos. “A transição energética existe, mas para a Chevron é importante reconhecer que o óleo e gás continuarão sendo muito importantes por várias décadas. É importante reconhecer que, no Brasil, a oportunidade existe e que janela ainda está aberta”, afirmou, em evento on-line.

O presidente da Shell Brasil, Andre Araujo, também se diz otimista quanto à atratividade da indústria petrolífera brasileira. O executivo, porém, defende que as grandes petroleiras buscarão locais onde as regras são “estáveis e claras” e que é importante que o país garanta condições de competitividade.



“A medida em que chegarmos a um pico de petróleo e a demanda começar a reduzir, não significa que o petróleo vai ser eliminado. Alguém vai sair desse mercado primeiro e alguém vai ficar por último. Não temos bola de cristal para saber que lugar vai deixar de ser competitivo em primeiro lugar, mas o Brasil tem condições de ser um dos últimos”, comenta.

O pesquisador do Instituto de Energia da PUC-Rio, Edmar Almeida, afirma que o pré-sal brasileiro é menos intenso em carbono e que, por isso, pode ser atraente para as grandes petroleiras na transição.

“Por ter uma produtividade muito alta, os campos do pré-sal gastam menos energia para produzir um barril e têm um indicador de emissões baixo. Acredito que a questão das emissões vai ser considerada de forma importante na hora da decisão de investimentos para reposição de reservas.”

Mesmo diante de seu alto potencial, o pré-sal, contudo, não é garantia de bilhete premiado. Vale lembrar que a Petrobras decidiu, após uma campanha malsucedida, devolver a área de Peroba, no pré-sal da Bacia de Santos, adquirida em 2017. Este é, oficialmente, o primeiro fracasso exploratório entre os blocos leiloados pelo regime de partilha desde a retomada das rodadas do pré-sal nos últimos anos, mas pode não ser o único caso. A Shell também não teve sucesso na primeira campanha em Saturno, arrematado em 2018.

Na avaliação de Almeida, as grandes petroleiras globais tendem a ser mais seletivas nos próximos leilões no Brasil. Para ele, trata-se de um processo natural, independentemente do processo de transição energética em curso, porque as multinacionais já estão com carteira cheia de ativos no país, sobretudo no pré-sal. Segundo o economista, mesmo que as grandes petroleiras sejam mais moderadas, a tendência é que novas empresas surjam no mercado.

“A transição energética muda as estratégias das empresas e isso pode gerar uma mudança no perfil das companhias que vão se engajar mais na exploração daqui para frente. A tendência é que o papel das empresas independentes ganhe relevância maior”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/05/2021

MARGEM EQUATORIAL PODE SER ÚLTIMA FRONTEIRA NO BRASIL

Perspectiva de declínio da demanda por petróleo nas próximas décadas deve levar indústria a reduzir interesse por áreas menos conhecidas e com mais risco

Por André Ramalho — Do Rio

A Petrobras se prepara para iniciar em 2022 um projeto de exploração de US\$ 1 bilhão na Margem Equatorial e voltar a perfurar na região seis anos após o seu último poço no litoral que vai do Rio Grande do Norte ao Oiapoque (AP). Em meio às perspectivas de declínio da demanda por petróleo nas próximas décadas, a expectativa no mercado é que o Brasil pode estar diante da última grande janela de oportunidade de exploração de suas novas fronteiras.

A estatal brasileira tem concentrado seus esforços, nos últimos anos, no pré-sal das bacias de Santos e Campos. Foi em 2015, em águas profundas do litoral do Rio Grande do Norte, que a empresa fez a sua última campanha exploratória na Margem Equatorial - que concentra as bacias Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar.

Para o presidente da Enauta e ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, o interesse por novas áreas exploratórias está em queda na indústria, sobretudo entre as novas fronteiras de baixo conhecimento geológico e, por consequência, maiores riscos.

“A janela para perfurar [novas fronteiras] não passa dos próximos anos... Como o tempo médio entre a assinatura de um contrato [e o início das operações] leva entre seis e oito anos, há cada vez menos tempo para contratar novas áreas de fronteira”, disse.



Segundo Oddone, é preciso aprimorar o ambiente regulatório do país rapidamente, para que os projetos de exploração no Brasil se mantenham competitivos frente à transição energética.

O pesquisador do Instituto de Energia da PUC-Rio, Edmar Almeida, lembra que o cenário regulatório para novas fronteiras é desfavorável, sobretudo em relação ao processo de licenciamento. “Empresas não só têm que enfrentar um risco geológico maior como têm o desafio regulatório. Num contexto de transição energética, é mais um fator de incerteza.”

Frente ao declínio esperado da demanda por petróleo, há dúvidas no mercado se muitas das novas fronteiras conseguirão ser exploradas a tempo. A Wood Mackenzie acredita que o consumo de petróleo pode continuar a crescer por uma década ou mais, mas que, se o mundo agir de forma decisiva para limitar o aquecimento global a 2 °C até 2050 a demanda e os preços do petróleo podem cair rapidamente já no fim desta década. A consultoria internacional ressalva que, independentemente do ritmo da transição, o mundo ainda precisará do fornecimento de petróleo e gás nas próximas décadas.

As incertezas sobre o setor, contudo, são grandes. Segundo a Wood Mackenzie, o valor futuro dos ativos de exploração e produção de óleo e gás pode variar US\$ 14 trilhões, de US\$ 9 trilhões a US\$ 23 trilhões, a depender do ritmo da transição energética nas próximas décadas.

A Margem Equatorial começou a chamar a atenção das grandes petroleiras, mais intensamente, no início dos anos 2010, diante das primeiras descobertas de petróleo na vizinha Guiana Francesa. Uma das principais empresas a apostar no potencial da área foi a francesa Total, que em 2013, na 11ª Rodada de concessões, pagou R\$ 250 milhões por cinco blocos na bacia.

O projeto da multinacional, porém, esbarrou no licenciamento. Em 2018, o Ibama negou o pedido de perfuração da Total na Foz do Amazonas, ao alegar “profundas incertezas relacionadas ao Plano de Emergência Individual (PEI) do empreendimento, agravadas pela possibilidade de eventual vazamento de óleo afetar os recifes biogênicos presentes na região e a biodiversidade marinha de forma mais ampla”. A francesa desistiu do negócio. Este ano, a Petrobras assumiu as fatias da Total e da BP nas cinco concessões, onde era sócia. Caberá à brasileira tentar reverter os imbrólios ambientais.

A intenção da empresa é perfurar em 2022 três poços na Margem Equatorial, nas bacias de Foz do Amazonas, Pará-Maranhão e Barreirinhas. A expectativa da petroleira é conseguir a licença até o começo do próximo ano. “Nosso trabalho junto ao Ibama está indo bem... Estamos empenhando bastante estudo, dedicação e entrega para atender aos requisitos ambientais numa área sensível como aquela”, disse o diretor de exploração e produção da Petrobras, Fernando Borges, este mês.

O advogado especialista na área ambiental Rafael Feldmann diz que o prazo esperado pela Petrobras para obtenção das licenças é apertado, dado o histórico. Embora a estatal tenha experiência com licenciamento de novas fronteiras e com elaboração de PEIs e tenha herdado a literatura já feita pela Total, há necessidade de novos estudos e audiências públicas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/05/2021

PERFURAÇÃO DE POÇOS CAI 25% NO ANO, MAS PREVISÃO É DE RECUPERAÇÃO, DIZ ANP

Petrobras, com 3 poços, foi a petroleira que mais perfurou nos cinco primeiros meses de 2021

Por André Ramalho, Valor — Rio

As petroleiras perfuraram seis poços exploratórios em 2021 no Brasil, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O número é 25% menor que os oito poços perfurados nos cinco primeiros meses de 2020. A expectativa, no entanto, é que este seja um ano melhor do que o anterior. A ANP estima que este ano sejam perfurados 38 poços em 2021, frente a 16 em 2020.



[https://s2.glbimg.com/6LyLdwKi9FKXK36ih-WZZ4JN6Tq=/0x20:755x465/984x0/smart/filters:strip_icc\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/Z/f/DeJFBpSZ60mRuAUF3B3w/foto04emp-101-petrobra-b4.jpg](https://s2.glbimg.com/6LyLdwKi9FKXK36ih-WZZ4JN6Tq=/0x20:755x465/984x0/smart/filters:strip_icc)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/Z/f/DeJFBpSZ60mRuAUF3B3w/foto04emp-101-petrobra-b4.jpg)

— Foto: Agência Petrobras

Das perfurações já registradas neste ano, quatro foram em poços offshore (no mar), um a mais que o apurado entre janeiro e maio de 2020. Em terra, por outro lado, houve queda no número de poços perfurados: dois nos cinco primeiros meses deste ano, ante as cinco em igual período do ano passado.

A Petrobras, com três poços, foi a operadora que mais perfurou neste início de 2021. ExxonMobil, Imetame e Eneva perfuraram um poço cada.

Dentro das perfurações já realizadas neste ano, foram detectados três indícios de hidrocarbonetos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/05/2021

G-7 ESTÁ PERTO DE ACORDO SOBRE IMPOSTOS PARA GRANDES MULTINACIONAIS

Houve progresso nas negociações nos últimos dias e um entendimento pode ser selado na sexta-feira, segundo “Financial Times”

Por Valor — São Paulo

O G-7 está perto de chegar a um acordo sobre a tributação das empresas multinacionais. O entendimento entre as principais economias avançadas do mundo pode dar um novo impulso às negociações globais sobre a criação de novas regras para taxar essas companhias.

Houve progresso nas negociações entre as principais autoridades do G-7 nos últimos dias e um acordo pode ser selado na sexta-feira, segundo reportagem publicada pelo jornal “Financial Times”. Esse entendimento entre os países do grupo será importante para a sequência das negociações, que ocorrem no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Desde que Joe Biden chegou à Casa Branca, os Estados Unidos têm pressionado para que o G-7 chegue a um consenso, como forma de estimular as negociações da OCDE para que um acordo final possa ser selado nos próximos meses.

Na semana passada, os EUA reduziram suas ambições em relação a uma alíquota mínima global para o imposto sobre as empresas e propuseram uma taxa de 15%, contra os 21% da proposta anterior, para tentar atrair mais apoio nas negociações. A nova proposta americana foi bem recebida na Europa.

A Casa Branca também assegurou a outros países que estava levando a sério a oferta de permitir que uma fatia dos lucros globais das maiores multinacionais fosse tributada com base no local onde os negócios ocorreram.

O G-7 não tem um papel formal no processo de negociação, mas o grupo forma um bloco importante nos demais fóruns que estão discutindo a medida. Os ministros de Finanças do G-7 se reunirão de forma virtual entre os dias 4 e 5 de junho, quando os elementos centrais de um acordo podem ser fechados, disseram fontes ao “FT”.

O G-20 diz que quer chegar a um acordo até o verão no hemisfério norte (entre junho e setembro). Mas autoridades envolvidas nas negociações avaliam que outubro é uma data mais realista para haja um acordo na OCDE.



AGÊNCIA BRASIL - DF

CCJ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA REFORMA ADMINISTRATIVA

Foram 39 favoráveis e 26 contrários à admissibilidade do texto

Por Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Após dois dias de debates, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou hoje (25) a admissibilidade da proposta de Emendas à Constituição (PEC) 32/20, que trata da reforma administrativa. Foram 39 favoráveis e 26 contrários à admissibilidade do texto.

Pelo Regimento Interno da Câmara, cabe à CCJ avaliar a constitucionalidade das propostas, não emitindo parecer sobre o mérito. Com a aprovação, a reforma será analisada agora por uma comissão especial e depois, em dois turnos, pelo plenário da Casa.

Agora, a comissão tem o prazo de 40 sessões do plenário para votar a proposta. O prazo para emendas se esgota nas dez primeiras sessões. Mais cedo, os deputados já haviam rejeitado por 39 votos a 20 um pedido para a retirada de pauta do texto.

A PEC, encaminhada ao Congresso em setembro do ano passado pelo Governo Federal, altera dispositivos da Constituição referentes a servidores, empregados públicos e também modifica a organização administrativa do Estado.

Parecer

Na segunda-feira, o relator da PEC, Darci e Matos (PSD-SC) apresentou novo parecer sobre a admissibilidade da proposta, suprimindo novos itens da proposta encaminhada ao parlamento pelo Executivo.

O relator retirou do texto os novos princípios da administração pública previstos pelo governo: imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade.

Segundo Darci de Matos, “a inclusão de novos princípios no texto constitucional, embora seja boa a intenção, pode gerar interpretações múltiplas e completamente divergentes, o que consequentemente gerará provocações ao Supremo Tribunal Federal para dispor sobre sua efetiva aplicabilidade em situações, por exemplo, de improbidade administrativa”.

No parece anterior, o deputado já havia suprimido outros dois pontos da proposta: o que permite ao presidente da República extinguir, transformar e fundir entidades da administração pública autárquica e fundacional, via decreto; e o trecho que impedia a realização de qualquer outra atividade remunerada pelos servidores ocupantes de cargos típicos de Estado.

“A possibilidade de extinção dessas entidades mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo acarretaria grave alteração no sistema de pesos e contrapesos, ínsito ao modelo de separação de poderes e ao controle da Administração Pública pelo Poder Legislativo”, justificou o deputado.

O relator, contudo, deixou a possibilidade de o presidente extinguir cargos públicos sem a necessidade de existência de lei.

Despesas

A base governista defendeu a PEC com o argumento de que a medida vai ajudar na redução de gastos públicos e liberar espaço no orçamento do governo.

“A reforma é importantíssima algo que vai chegar ao estado brasileiro que é um verdadeiro colapso caso a gente não reduza as despesas com o funcionamento da máquina estatal e com despesa de pessoas”, disse a deputada Caroline de Toni (PSL-SC) que defendeu ainda a inclusão na reforma de magistrados, promotores, políticos e militares.

Carlos Jordy (PSL-RJ) destacou que o debate sobre o mérito da reforma serão discutidos na comissão especial. “A reforma é tão necessária para diminuirmos o tamanho do Estado, para fazermos com que ele não tenha esse protagonismo que tem hoje em dia. O estado tem que ser subsidiário”, disse Jordy.

Deputados contrários à proposta argumentaram que a reforma não vai reduzir a despesa pública e que a situação econômica do país não é responsabilidade do servidor público.

“Os pressupostos financistas usados pelo governo de que o estado é pesado, custa muito e entrega pouco, além de não convencerem, são uma falácia e se mostram carregados de injustiça e ingratidão, em plena pandemia, quando o SUS, [Sistema Único de Saúde] mesmo com recursos reduzidos, literalmente vem salvando o país de uma tragédia ainda maior”, afirmou o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

De acordo com a Nota técnica elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, divulgada ontem (24), alterações proposta pela PEC em relação aos contratos de gestão e o fim de restrições à ocupação de cargos em comissão e funções de confiança vão levar a um aumento da corrupção na administração pública.

Reforma

Entre outros pontos, o texto estabelece que cinco novos tipos de vínculos para os novos servidores. Pela proposta, apenas as carreiras típicas de estado, terão a garantia de estabilidade no cargo após um período de experiência. A proposta diz ainda que uma lei complementar vai definir quais serão essas carreiras e seus critérios.

O texto mantém a previsão de realização de concursos para cargos permanentes fora das carreiras típicas de estado, mas diz que haverá uma segunda etapa de “vínculo de experiência” de, no mínimo, dois anos, e que a investidura acontecerá para os mais bem avaliados ao final do período, dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público.

Além disso, também vai permitir ingresso por seleção simplificada para alguns vínculos. Inclusive com a previsão de vínculo por prazo determinado. A PEC também prevê a substituição das “funções de confiança”, que atualmente devem ser ocupadas por servidores que tenham cargos efetivos, pelos “cargos de liderança e assessoramento”.

O texto também restringe a participação do Estado na atividade econômica. Pela proposta, o estado só poderá atuar diretamente em atividades econômicas que estão previstas na Constituição.

A PEC proíbe o aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; da proibição de férias em período superior a 30 dias pelo período aquisitivo de um ano; e aposentadoria compulsória como modalidade de punição.

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

COMPLEXO DO PECÉM DETALHA HUB DE HIDROGÊNIO VERDE PARA GOVERNO E POTENCIAIS INVESTIDORES DA ALEMANHA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210525-webinar.jpg>

Com o objetivo de discutir os potenciais para o Hidrogênio Verde (H2V) no Brasil, a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK) do Rio de Janeiro realizou, ao longo desta terça-feira (25), um workshop com representantes dos governos de Brasil e Alemanha, além de potenciais investidores nacionais e internacionais. Na ocasião, a diretora comercial do Complexo do Pecém, Duna Uribe, deu detalhes sobre o HUB de Hidrogênio Verde que será implantado no

Ceará e como os diferenciais competitivos do Complexo do Pecém podem transformar o Estado em um grande produtor e exportador do combustível limpo.

Segundo Duna, o Complexo do Pecém possui todas as vantagens competitivas para se tornar um grande cluster de Hidrogênio Verde. “Temos um enorme potencial de geração de energias renováveis, além de uma localização estratégica; incentivos tributários diferenciados de uma ZPE; infraestrutura robusta; e um ecossistema de negócios sólido, incluindo a parceria com o Porto de Roterdã, que será o HUB importador de H2V para a Europa”, complementa.

A diretora comercial do Complexo do Pecém lembra, ainda, que uma área de 200 hectares, com forte potencial para a produção de Hidrogênio, já foi identificada nas dependências do Complexo. De acordo com projeções, caso seja instalado nesta área, o HUB de Hidrogênio Verde do Ceará teria capacidade para produzir, anualmente, cerca de 900 mil toneladas do combustível limpo.

“Estamos no Ceará, um Estado onde mais de 45% da matriz energética já é proveniente da geração eólica. No futuro, esse percentual vai superar 70%, incluindo a energia solar fotovoltaica. Esse potencial natural do Ceará e do Nordeste como um todo, aliado aos diferenciais do Complexo do Pecém, nos leva a crer que teremos, no HUB de Hidrogênio Verde, uma capacidade de eletrólise (processo no qual se obtém o H2V) de 5 gigawatts (GW)”, pontua Duna.

Quem também endossou o potencial da região Nordeste para a geração de energias renováveis e, conseqüentemente, de Hidrogênio Verde, foi Ansgar Pinkowski, gerente de Inovação e Sustentabilidade da AHK Rio de Janeiro “A oportunidade para o Nordeste é gigantesca, pois, além de ser uma região geograficamente favorecida nas rotas para Europa e Estados Unidos, tem essa aptidão natural para a geração de energias limpas. Isso é fundamental para o desenvolvimento da cadeia de H2V na área, que tem tudo para se destacar”, diz.

Ainda segundo Pinkowski, a Alemanha estima investir 9 bilhões de euros, até 2030, para descarbonizar o país, dos quais 2 bilhões de euros serão destinados à importação de hidrogênio, preferencialmente verde, de países parceiros. Conforme Peggy Schulz, representante do Ministério Federal de Economia e Energia Alemão, neste contexto o Brasil desponta como um “ótimo exemplo de importação possível e economicamente viável para a cadeia de H2V”, comenta.

“O Hidrogênio Verde é uma tecnologia nova, que tem um consumo interno ainda pequeno na Alemanha. Até 2030, entretanto, estimamos um aumento massivo nessa demanda, principalmente na indústria e no setor de transportes. Dessa forma, além de aumentar nossa produção doméstica,

teremos que importar o Hidrogênio Verde para atender às necessidades locais”, finaliza Peggy Schulz.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2021

IMO CONCLUI ESTUDO PRÉVIO PARA REGULAÇÃO DE NAVIOS AUTÔNOMOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 25 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210525-navio-autonomo.jpg>

O Comitê de Segurança Marítima (MSC) da Organização Marítima Internacional (IMO) finaliza sua análise dos tratados de segurança de navios, para avaliar os próximos passos para a regulamentação dos Navios de Superfície Autônomos Marítimos (MASS)

O comitê, em sua 103ª sessão, realizada neste mês de maio, concluiu um estudo prévio nos tratados de segurança para avaliar como os Navios de Superfície

Autônomos Marítimos (MASS) podem ser regulamentados.

A conclusão do estudo, tratado como "exercício de definição do escopo", representa um primeiro passo no caminho na promoção de debates para garantir que a regulamentação acompanhará o ritmo dos desenvolvimentos tecnológicos.

O exercício de escopo foi iniciado em 2017 para determinar como as operações MASS seguras, protegidas e ambientalmente saudáveis podem ser tratadas nos instrumentos da IMO.

O exercício envolveu a avaliação de um número substancial de instrumentos do tratado da IMO sob a responsabilidade do MSC e a identificação de disposições que se aplicam ao MASS.

Foram considerados diversos graus de autonomia: navio tripulado com processos automatizados e suporte à decisão (Grau Um); navio controlado remotamente com marítimos a bordo (Grau Dois); navio controlado remotamente sem marítimos a bordo (Grau Três); e navio totalmente autônomo (Grau Quatro).

Os tratados de segurança avaliados incluem a Convenção SOLAS e vários códigos tornados obrigatórios no âmbito da SOLAS (Investigação de vítimas, Programa de pesquisa aprimorado (ESP), sistemas de segurança contra incêndio (FSS), procedimentos de teste de incêndio (FTP), navios químicos a granel (IBC), navios gaseiro (IGC), de cargas a granel sólidas (IMSBC), mercadorias perigosas (IMDG), transporte de combustível nuclear irradiado (INF), estabilidade intacta, gestão de segurança internacional (ISM), segurança de navios e instalações portuárias (ISPS), grãos, polares, regulamentos de colisão (COLREG); Convenção de Linhas de Carga e Protocolo de 1988; Convenção sobre Recipientes Seguros (CSC); Convenção e Código STCW, bem como Convenção STCW-F; busca e salvamento (Convenção SAR de 1979); medição de tonelagem (Tonelagem 1969) e o Código de Práticas Seguras para Estiva e Fixação de Carga (Código CSS) e Código de Implementação de Instrumentos IMO (Código III).

Para cada disposição, o exercício identificou se o MASS poderia ser potencialmente regulado por equivalências conforme previsto pelos instrumentos ou interpretações em desenvolvimento; e / ou alteração de instrumentos existentes; e / ou desenvolvendo um novo instrumento; ou nenhuma das opções acima como resultado da análise.

Outras questões importantes incluem a abordagem dos requisitos funcionais e operacionais da estação / centro de controle remoto e a possível designação de um operador remoto como marítimo.

Outras lacunas e temas potenciais comuns identificados em vários tratados de segurança relacionados a disposições que contêm operações manuais e alarmes na ponte; disposições relativas a ações de pessoal (como combate a incêndios, estiva e amarração de cargas e manutenção); guarda; implicações para busca e salvamento; e informações necessárias para estar a bordo para uma operação segura.

O Comitê notou que a melhor maneira de abordar o MASS na estrutura regulatória da IMO poderia, preferencialmente, ser de uma maneira holística por meio do desenvolvimento de um instrumento de MASS baseado em metas. Tal instrumento poderia assumir a forma de um "Código MASS", com objetivos, requisitos funcionais e regulamentos correspondentes, adequado para todos os quatro graus de autonomia e abordando as várias lacunas e temas identificados pela RSE.

O Comitê convidou os Estados Membros a apresentar propostas sobre como alcançar a melhor forma de avançar para uma futura sessão do MSC.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2021

PETROBRAS ADOTARÁ POSTURA RESILIENTE POR MAIS COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 25 Mai 2021



https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180725-plataforma_agencia-petrobras_steferson-faria.jpg
Steferson Faria (Arquivo/Agência Petrobras)

Atualmente, companhia representa menos de 3% da produção mundial de petróleo e o cenário pela frente é de acirramento da produção. Petroleira espera crescer no offshore, beneficiando cadeia de suprimentos e prestadores de serviço com foco em E&P.

O gerente-executivo de relacionamento externo da Petrobras, Pedro Henrique Brancante, disse, na última segunda-feira (24), que a empresa precisará ser muito competitiva e buscar a dupla resiliência nos próximos anos. O plano estratégico 2021-2025 prevê a busca por custos menores aliados à baixa emissão de carbono. Ele observa que esse compromisso terá que ser feito com tecnologias de ponta para gerar capacidade de produção de petróleo e gás, suportando as oscilações e os choques de preços baixos, que podem se tornar cada vez mais frequentes.

"Temos compromisso com a descarbonização das nossas operações e investimento em tecnologia para aumentar eficiência, ao mesmo tempo que reduziremos emissões de gases efeito estufa", projetou, durante reunião da comissão especial de indústria naval da Alerj. O gerente lembrou que 2020 talvez tenha sido o ano em que setor de O&G passou maior crise de sua história, com preços negativos nos Estados Unidos e o barril do Brent chegando a ficar abaixo de 20 dólares.

Brancante disse que o desafio é ser resiliente nas operações para que a companhia se torne um player cada vez mais forte internacionalmente. Atualmente, a Petrobras representa menos de 3% da produção mundial de petróleo e o cenário pela frente é de acirramento da produção. "As últimas empresas continuando a fornecer petróleo e gás natural no cenário de transição energética mais acelerado serão aquelas que tiverem custos baixos e baixas emissões", avaliou.

A Petrobras considera que o Brasil tem grande potencial, reservas de classe mundial, mas está inserido nesse cenário competitivo. Brancante disse que, sem quadro regulatório simples, segurança jurídica e custos competitivos será mais difícil competir com outros atores, o que traz o risco de o país perder investimentos e deixar de transformar reservas em riquezas. "Temos que capitalizar o pré-sal logo, ter sentido de urgência de realizar investimentos e destravar a geração de valor que impacta a cadeia de O&G e outras cadeias produtivas no Brasil e no exterior", resumiu

O gerente reforçou o compromisso da Petrobras em competitividade nos mercados em que atua. Segundo Brancante, a Petrobras não está encolhendo, e tem um plano de investimentos robustos em ativos de classe mundial. O foco do investimento é em E&P de petróleo e gás em águas profundas e ultraprofundas, no pré-sal, na revitalização da Bacia de Campos e em novas fronteiras exploratórias no litoral brasileiro.

Brancante considera que a Petrobras vai crescer no offshore, beneficiando a cadeia de suprimentos e prestadores de serviço com foco em exploração e produção. A previsão de investimentos em exploração e produção é da ordem de US\$ 46 bilhões, de acordo com o plano estratégico 2021-2025 da companhia. Ele mencionou que, somente no Rio de Janeiro, a Petrobras teve gastos da ordem de R\$ 26 bilhões em 2020, principalmente com atividades ligadas ao offshore, como afretamento de embarcações, serviços de perfuração e produção de poços, conservação e reparo e manutenção.

Ele disse que, nos últimos 12 anos, a Petrobras e a Transpetro passaram por uma renovação importante da frota de embarcações. Brancante citou a contratação de mais de 120 embarcações de apoio offshore de grande porte que foram construídas em estaleiros brasileiros e que ajudaram a aquecer o mercado da construção naval nacional. De acordo com o gerente, 75% da frota de embarcações que realizam atendimento à logística de E&P e de engenharia submarina da companhia atualmente são de bandeira brasileira.

Brancante destacou que a empresa tem potencial grande para a realização de docagens e manutenções regulares de grandes navios que a Transpetro nos próximos anos, especialmente navios de cabotagem. "A Transpetro tem realizado diálogo com lideranças do setor para auxiliá-las a buscar competitividade na prestação desse serviço", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2021

ANTAQ AUTORIZA OPERAÇÃO DE TUPS DA PETRÓLEO SABBÁ E TECHNIP BRASIL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210525-terminal.jpg>

Os terminais estão localizados nos estados do Pará e Rio de Janeiro. Os TLOs foram publicados na edição do Diário Oficial da União desta terça-feira (25)

AGência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq publicou, nesta terça-feira (25), os Termos de Liberação de Operação (TLOs) de dois Terminais de Uso Privado pertencentes à empresa Petróleo Sabbá: o TUP Petróleo Sabbá - Terminal de Miritituba,

localizado em Itaituba/PA, para movimentação de graneis líquidos (TLO Nº 10-SOG, de 24/05/2021); e o TUP Petróleo Sabbá - Terminal de Itaituba, localizado em Itaituba/PA, também para movimentação de graneis líquidos (TLO Nº 8-SOG, de 24/05/2021).

A Antaq também publicou nesta terça-feira (25) o TLO para operação do TUP da Technip Brasil - Engenharia, Instalações E Apoio Marítimo Ltda., localizado em São João da Barra/RJ, Lote A-12 do Terminal Sul do Porto do Açú (TLO Nº 9-SOG, de 24/05/2021).

As autorizações não desoneram a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2021

NOVO PAINEL DINÂMICO DA ANP APRESENTA DADOS SOBRE A FASE DE EXPLORAÇÃO

Da Redação OFFSHORE 25 Mai 2021

A ANP disponibiliza, a partir desta terça-feira (25), o Painel Dinâmico da Fase de Exploração, uma nova forma interativa de visualização dos dados relativos à primeira fase dos contratos de exploração de petróleo e gás natural. Os dados disponíveis no painel são atualizados diariamente, permitindo que o usuário acompanhe, quase em tempo real, a evolução dos blocos e contratos ao longo da fase de exploração.

A fase de exploração tem início com a assinatura do contrato. Nela, as áreas exploradas são chamadas de blocos, e as empresas realizam estudos e atividades (como levantamentos sísmicos e perfuração de poços) para detectar a presença de petróleo e/ou gás natural em quantidade suficiente para tornar sua extração economicamente viável. Em caso positivo, a empresa apresenta uma declaração de comercialidade à ANP e o bloco (ou parte dele) se transforma em um campo produtor, dando início à fase de produção. Em caso negativo, a empresa pode devolver o bloco (ou parte dele) à ANP.

Em linha com a política de transparência adotada pela ANP, o painel é uma ferramenta de análise destinada a agentes regulados, órgãos de governo, universidades e instituições de pesquisa, bem como à sociedade de forma geral. Mediante gráficos, tabelas e aplicação de filtros, o Painel Dinâmico da Fase de Exploração permitirá ao usuário o acesso aos dados de forma fácil e ágil, com a possibilidade de exportá-los.

O painel apresenta diferentes dados associados aos blocos sob contrato, consolidando informações sobre assinatura dos contratos e sobre as etapas de Programa Exploratório Mínimo - PEM (conjunto de atividades a serem obrigatoriamente cumpridas pela empresa durante a fase de exploração), de Avaliação de Descobertas e de Declaração de Comercialidade.

O painel está dividido em sessões: Blocos sob Contrato, que apresenta uma visão geral da fase de exploração, incluindo área, localização, rodadas, operadores, etapa e o status dos blocos; Poços Exploratórios, que disponibiliza dados relativos aos poços localizados em blocos exploratórios, com perfuração iniciada a partir de 2019; Indícios de Hidrocarbonetos, com informações sobre as notificações de descoberta a partir de 2019; Planos de Avaliação de Descobertas – PADs (planos nos quais constam as atividades para avaliação da descoberta e cronograma de execução), com dados sobre os planos em andamento; e Declarações de Comercialidade, que traz quantitativo, distribuição por bacias, data da declaração, blocos e PADs associados, bem como o nome das áreas declaradas comerciais (campos) a partir de 2019. O painel apresenta ainda uma sessão de informações, com conceitos e premissas utilizados na elaboração da ferramenta.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2021

PORTUÁRIOS PARANAENSES ESTÃO NO PRÓXIMO GRUPO PRIORITÁRIO A RECEBER VACINA CONTRA A COVID-19

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210525-covid.jpg>

Chegou a vez dos trabalhadores portuários serem vacinados no Paraná. Junto com outros grupos prioritários, pelo Plano Estadual de Vacinação contra a Covid-19, a categoria profissional receberá as primeiras doses que chegam na 21ª remessa de imunizantes que o Estado está para receber do Ministério da Saúde. Das mais 390.190 doses, a expectativa é que 9.627 sejam destinadas ao grupo.



Para o secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, a vacinação dos portuários é uma decisão muito importante diante da eminência de uma nova cepa. “É importante que os trabalhadores se sintam seguros em seguir trabalhando e o Estado seguro com a continuidade da atividade”, afirma.

Segundo ele, o grupo de trabalhadores dos portos de Paranaguá e Antonina envolve todas as categorias de Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs), empresas e agências marítimas que atuam nos portos do Paraná.

Para o diretor de desenvolvimento empresarial da Portos do Paraná, André Pioli, a necessidade dos trabalhadores portuários serem vacinados é extrema. O serviço não parou e segue movimentando a economia do Estado e do Brasil. “Agora, a priorização é trabalhar para que essas vacinas venham logo para que possamos imunizar a todos”, afirma.

A vacinação dos trabalhadores, segundo Pioli, irá tranquilizar as famílias dos trabalhadores e a comunidade local. “Imunizado, o trabalhador terá ainda mais tranquilidade ao retornar para casa. Por isso a necessidade de que a vacinação ocorra o quanto antes”, diz.

Na última segunda-feira (24), André Pioli se reuniu com o secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, o prefeito de Paranaguá, Marcelo Roque, a secretária municipal de Saúde, Ligia Regina de Campos Cordeiro, e o diretor da 1ª Regional de Saúde, José Carlos de Abreu, para reforçar a necessidade da imunização da categoria.

José Carlos de Abreu, diretor da 1ª Regional de Saúde, diz que o órgão, que representa a Secretaria de Estado da Saúde no Litoral, agora aguarda as orientações técnicas e a definição da data de envio da nova remessa, ainda sem definição.

“Importante é que já está definido que as vacinas virão para os trabalhadores portuários. Esta semana vamos seguir discutindo localmente as estratégias de aplicação dessas doses, tentando acelerar”, comenta Abreu.

Segundo ele, a vacinação da categoria, tanto em Paranaguá quanto em Antonina, será coordenada pelas secretarias municipais de Saúde. Porém, a logística do processo seguirá sendo discutida com a Portos do Paraná e com o Governo do Estado. “Inclusive, estamos abertos para buscar alternativas, considerando a especificidade do trabalho portuário”, afirma.

Sobre a quantidade de trabalhadores que estariam entre os portuários, estima-se que seja de 13.545 pessoas, porém sem descontar o público que já teria recebido os imunizantes em outras etapas do Plano de Vacinação.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, as vacinas que virão nessa remessa são da parceria entre a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), AstraZeneca e Universidade de Oxford. Além dos trabalhadores portuários, as novas doses serão aplicadas também em pessoas com comorbidades e deficiência permanente, profissionais das forças de segurança e salvamento, das Forças Armadas e trabalhadores do transporte aéreo.

Desde que começou a pandemia a Portos do Paraná vem tomando todas as precauções necessárias, inclusive com barreiras sanitárias de equipes médicas e de enfermagem, no acesso ao cais e no Pátio de Triagem, 24 horas.

“Não foi necessário nenhum ajuste após a descoberta dessa nova cepa indiana do vírus. Seguimos, como desde de o início, tomando todo o cuidado necessário para que a doença não se espalhe por aqui”, garante André Pioli.

Seguindo as orientações das agências nacionais, os tripulantes dos navios seguem sem autorização para desembarcar nos portos paranaenses, a não ser para questões fundamentais como consultas médicas e odontológicas, questões legais e troca de tripulação.

Desde o início das barreiras sanitárias no Porto de Paranaguá, dia 25 de março de 2020, até o último dia 30 de abril, já foram 1.871.270 triagens com aferição de temperatura. Desse total, 2.322 trabalhadores passaram por atendimentos médicos; 313 pessoas apresentaram sintomas de Covid-19; os casos suspeitos da doença foram 282, sendo 248 descartados e 30 encaminhados à rede municipal de saúde.

Até agora a empresa pública já investiu mais de R\$ 11 milhões no combate à Covid-19.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2021

PIÉR MAUÁ TENTA VIABILIZAR PRÓXIMA TEMPORADA DE CRUZEIROS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180323-costa-fascinosa-pier-maua.jpg>

Com 94 atracações programadas entre outubro deste ano e meados de maio de 2022, a administração da Pier Mauá, empresa que opera o terminal de cruzeiros internacional do Rio de Janeiro, corre contra o tempo para conseguir realizar a temporada 2021/2022. Por conta da pandemia, os navios de cruzeiro tiraram o Brasil de sua rota, causando um prejuízo estimado em R\$ 2,2 bilhões. Pelo menos 50% desses valores ficam nos portos de embarque, onde realmente a

embarcação atraca.

Ou seja, cerca de R\$ 1 bilhão não chegaram a Rio, Santos e Salvador, os três portos mais importantes do país, Rio, Santos e Salvador. Cabe lembrar que, durante a temporada, juntos, os três terminais geram entre 1,5 mil e 2 mil empregos diretos.

"A estimativa, já contabilizando a capacidade máxima de passageiros como sendo 70%, é receber no terminal cerca de 250 mil passageiros. Pouco, se pensarmos na temporada de 2010/2011, quando chegaram 800 mil turistas. Mas, é um recomeço. Prefiro pensar nestes 250 mil passageiros como o copo meio cheio", afirma o diretor do Pier Mauá, Américo Relvas.

Na semana passada, em audiência pública, promovida pela Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, apresentou alguns números relativos à expectativa para a temporada 2021/2022. Ao todo, sete embarcações deverão percorrer a costa brasileira, ofertando 566.280 leito, 36 mil a mais do que na temporada 2019/2020, em 129 roteiros. Estão previstas 552 escalas.

Para garantir a segurança dos passageiros, os terminais se comprometeram a adotar, além dos protocolos da Anvisa e da Prefeitura, as medidas determinadas pelos armadores, que já estão em funcionamento na Europa e que serão seguidas pelos Estados Unidos a partir de julho. Isso inclui, por exemplo, teste pré-embarque em todos os hóspedes com triagem rigorosa e três testes antes do embarque e a cada semana a bordo para tripulantes; uso de máscaras, menor ocupação, ar fresco sem recirculação, desinfecção e higienização constante; e plano de contingência, com corpo médico especialmente treinado para avaliações constantes, entre outros itens.

"O terminal de cruzeiros tem uma vida útil curta. Se perdermos o início da temporada, ficaremos mais um ano com receita zero, com consequências imprevisíveis para a empresa e seus colaboradores", diz Relvas. "Diferentemente de outros portos estrangeiros, que têm a alta, a média e a baixa temporada, no Brasil, por enquanto, só temos a alta temporada. Desta forma, se não tivermos êxito, se os terminais de cruzeiros aqui no Brasil não tiverem a temporada 21/22, estamos falando em mais

um ano sem receita. Outros segmentos do turismo podem ir crescendo aos pouquinhos, já os terminais de cruzeiros ou a gente viabiliza a temporada ou vamos perder mais um ano”, explica Relvas.

Relvas observa que não há condições financeiras para o Pier Mauá suportar outro ano sem cruzeiros:

“Além da atividade de cruzeiros, nossa empresa é conhecida como local de eventos, uma área que também teve problemas enormes. Ficamos sem receitas e operações e concentramos nossas atividades em manutenções e investimentos de tal forma a estarmos 100% preparados para o esperado retorno dos navios nesta temporada”.

No início do mês, a aprovação do PL 5.638, que estabeleceu um programa para retomada do setor de eventos, trouxe um certo alívio para os administradores de terminais de cruzeiros, ao estabelecer quatro pontos de atuação: parcelamento de dívidas tributárias, compensação de parte dos prejuízos causados pela pandemia e duas linhas de crédito. Mas, enquanto o PL não sai do papel, Relvas vem conversando com as secretarias estadual e municipal de Turismo, em busca de soluções conjuntas. A declaração do prefeito Eduardo Paes, sobre a possibilidade de o Rio ter réveillon e carnaval, foi muito bem recebida pelo diretor do Pier Mauá.

“Confirmando-se esta possibilidade, será um enorme reforço para a atratividade do Rio em relação aos cruzeiristas. A Passarela do Samba começa no Pier. Criamos uma tradição de trazer bateria e passistas para recepcionar nossos passageiros no carnaval”, diz Relvas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2021

BRASIL CAI 7,6% NO COMÉRCIO GLOBAL

Da Redação ECONOMIA 25 Mai 2021

Um relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com bases em dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), indica que o Brasil ainda está longe do topo do comércio global. Embora seja a 12ª economia do planeta, o país representa apenas 1% das operações de exportações e importações. Com isso, ocupa a 27ª lugar no ranking internacional. A pandemia teve impacto direto nesse resultado, já que a movimentação brasileira diminuiu 8,2% em 2020.

Esse recuo supera a média mundial: de acordo com os dados da OMC analisados pela CNI, houve um downsizing da ordem de 7,6%. Avaliando apenas os países do G20, ou seja, as 20 maiores economias do planeta, o resultado também é negativo para o Brasil, já que a relação de comércio entre essas nações ficou 8% menor em 2020 na comparação com 2019.

Neste bloco, apenas a China conseguiu crescer: 4% nas exportações e de 1% nas importações. Com isso, movimentou US\$ 4,6 trilhões no ano passado e aumentou sua presença no comércio mundial de 12% para 13%, permanecendo no 1º lugar do ranking.

O documento da CNI atribui o mau desempenho da corrente de comércio à queda de 7% na exportações e de 10% nas importações. Além da interrupção de transações nos primeiros meses da pandemia, a desvalorização do real frente ao dólar contribuiu diretamente para a performance brasileira, já que tornou mais caras os produtos importados.

Mesmo os Estados Unidos, que movimentaram US\$ 3,8 trilhões, experimentaram um decréscimo em exportações e importações. O país respondeu por 11% do comércio mundial. A Alemanha ficou em 3º lugar, com 7% do comércio global; e o Japão, em 4º, com 4%. De modo geral, o comércio de bens atingiu seu patamar mais baixo desde 2016. A exportação global caiu 7,5%, enquanto a importação recuou 7,6%.

Diante de um quadro desfavorável em todo o planeta, o relatório da CNI aponta algumas alternativas para o Brasil, como o avanço de reformas estruturais — em especial a tributária —, a modernização

da infraestrutura, redução de tarifas, melhoria do financiamento e o fechamento de acordos comerciais que eliminem barreiras aos produtos brasileiros no exterior. De qualquer forma, na avaliação da CNI, a recuperação dependerá de um retomada de crescimento de nossos principais parceiros, como os Estados Unidos, a Europa e os demais países da América Latina.

“Precisamos trabalhar uma agenda em duas frentes. De um lado, precisamos resolver as questões estruturais que atrasam o progresso do Brasil, reduzem a produtividade, inibem a criação de empregos e, conseqüentemente, reduzem de forma acelerada a competitividade internacional. De outro, os desafios específicos da falta de uma política de comércio exterior. Há avanços possíveis no âmbito do Poder Executivo em temas de competitividade e integração internacional”, afirma o superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI, João Emilio Gonçalves.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2021

ESTALEIROS NEGAM RESPONSABILIDADE POR ATRASOS DE PLATAFORMAS

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 25 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/190805-plataforma-fpso-p-66.jpg>

Arquivo/Divulgação

Sinaval alega que muitas unidades foram entregues por estaleiros nacionais dentro do prazo contratado e, em alguns casos, até mesmo com adiantamento em relação às datas contratuais.

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) declarou, nesta terça-feira (25), que a decisão da Petrobras de encomendar plataformas em estaleiros asiáticos

não foi tomada em decorrência de problemas quanto à qualidade dos produtos brasileiros. O posicionamento se deu após a apresentação da companhia na Comissão Especial de Indústria Naval da Alerj, na última segunda-feira (24), estimando que os atrasos na entrada em produção de algumas unidades, no passado recente, representaram atraso médio de 32 meses, com impacto na arrecadação de US\$ 12,6 bilhões.

De acordo com o Sinaval, houve obras recebidas do exterior destinadas à Petrobras que apresentaram problemas técnicos. O sindicato citou plataformas construídas na China que precisaram ficar ancoradas na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, por longos períodos para reparos e complementações por empresas brasileiras. Para o Sinaval, a qualidade dessas unidades mostrou-se deficiente e as plataformas deixaram de produzir petróleo e gás por meses.

O Sinaval citou o caso da FPSO P-67 que, após chegar da China em julho de 2018, passou por reparos na Baía de Guanabara antes de entrar em serviço no campo de Lula Norte, na Bacia de Santos. O sindicato alega que o prejuízo com o adiamento da produção de petróleo em mais de seis meses por essa plataforma nunca foi divulgado. “A Petrobras, em sua manifestação à Alerj, não menciona esse e outros atrasos na produção dos campos nem informa os prejuízos causados ao país e, particularmente, ao estado do Rio de Janeiro, preferindo, injustamente, destacar atrasos que seriam provocados somente pela indústria naval brasileira”, apontou em nota, assinada pelo presidente do Sinaval, Ariovaldo Rocha.

A entidade salientou que muitas plataformas foram entregues por estaleiros brasileiros dentro do prazo contratado e, em alguns casos, até mesmo com adiantamento em relação às datas contratuais, tendo alguns estaleiros recebido da Petrobras prêmios de desempenho e cumprimento de prazos. “Em alguns contratos, ocorreram atrasos, mas, em inúmeras oportunidades, esses atrasos foram devidos a modificações nos projetos por parte da própria Petrobras”, contestou.

O Sinaval ressaltou que estaleiros estrangeiros dificilmente aceitam o grau de alterações durante a execução das obras que a petroleira pratica nas contratações à indústria naval brasileira. Além disso, mencionou que, agora e no passado, sempre houve notícias de atrasos consideráveis nas entregas de várias unidades encomendadas em estaleiros asiáticos. “A manifestação da Petrobras procura atribuir ao conteúdo local a responsabilidade por atrasos, mas prefere ignorar os benefícios ao país e à sociedade brasileira em termos de geração de renda local nos estados onde as obras foram executadas e de geração de empregos de qualidade proporcionados por essas obras”, destacou Rocha.

A avaliação dos estaleiros nacionais é que a posição a favor da competitividade, sem reserva de mercado e com conteúdo local compatível, não leva em conta os interesses do país. O entendimento do Sinaval é que níveis adequados de conteúdo local não significam a adoção de reserva de mercado. O sindicato considera que tal política foi estimulada pela Petrobras nas administrações anteriores ao governo Temer e classifica seu baixo nível atualmente em vigor como ‘retrocesso’, com consequências danosas para a indústria brasileira e seus trabalhadores.

O Sinaval reiterou que a questão da competitividade da construção naval brasileira merece uma reflexão mais profunda, na medida em que nenhuma indústria brasileira consegue ser competitiva com os preços praticados na Ásia, sobretudo na China. As principais causas, para o sindicato, estão no Custo Brasil, que onera a produção nacional; na participação de governos asiáticos em favor de suas empresas nas concorrências internacionais; no regime de trabalho nesses países; e na carga de impostos diretos e indiretos que prejudica a indústria brasileira. No caso da Indústria Naval, sabe-se que os governos asiáticos apóiam e favorecem seus estaleiros com subsídios e práticas que não existem no Brasil.

“Nossa Indústria naval não tem condições de competir com a asiática nessa questão dos preços, embora seja competitiva na construção de muitos outros produtos em que os estaleiros asiáticos não têm relevância internacional”, manifestou o Sinaval, que acredita que uma demanda perene contribuiria para a redução progressiva dos custos brasileiros.

De acordo com o Sinaval, o progresso dessa indústria foi interrompido após 2014, depois de um período de cerca de 15 anos a partir do ano 2000. O sindicato acrescenta que esse foi um período mais curto do que a indústria naval da Ásia teve para se alavancar. “A decisão de contratação de plataformas na China pelo menor preço ofertado é, portanto, injusta e prejudica não só os estaleiros brasileiros como também as indústrias de navipeças nacionais”, enfatizou na nota.

Para o sindicato, a ‘virtual paralisação dos estaleiros’ contribuiu para agravar o desemprego do país, com a perda de cerca de 70 mil postos de trabalho só nos estaleiros e de 300 mil nas indústrias que compõem a sua cadeia produtiva. O Sinaval alertou para o risco da perda de bilhões de reais investidos em estaleiros nacionais de ponta. “O projeto de atendimento à demanda que norteou a decisão de investimentos na construção e modernização de estaleiros foi desconsiderado e a situação hoje é de desalento na indústria naval em vários estados. Isso pode ser revertido, entretanto, se houver, por parte do governo brasileiro e da Petrobras, o necessário e urgente reconhecimento de que tal situação não pode mais perdurar”, concluiu Rocha.

Durante a reunião da comissão da Alerj, o gerente setorial de conteúdo local da Petrobras, Edival Dan Junior, relatou que a companhia precisou fazer a realocação de plataformas que tiveram atraso médio de 32 meses e comparou que houve plataformas construídas em 34 meses. Segundo Dan, esse risco gerou necessidade de realocação das plataformas e contratação de plataformas no exterior. “Naquele momento, foi impactante à entrada em operação do primeiro óleo. Só não foi maior porque houve o processo de realocação”, lembrou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2021

EMBARCAÇÕES TRIPLICAM TRÁFEGO DE DADOS DURANTE A PANDEMIA

Por Leticia Helena NAVEGAÇÃO 24 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/190710-navio.jpg>

Com base na taxa média diária de downloads e uploads em 11.000 navios, por meio da ferramenta Fleet Xpress, a Inmarsat Maritime comprovou que os dados consumidos em embarcações triplicou durante a pandemia do Covid-19. De janeiro de 2020 a 21 de março de 2021, o total de dados consumidos por navio saltou de 3,4 gigabytes por dia para 9,8 gigabytes por dia. No mesmo período, o uso global da Internet quase dobrou.

“Esta é uma prova firme de que a digitalização impulsionada pela tripulação e pelo uso operacional está se acelerando rapidamente e esta é uma tendência irreversível”, informou o presidente da Inmarsat Maritime, Ronald Spithout, ao divulgar os dados.

Na avaliação da empresa, o maior consumo se deveu, em especial, ao maior uso da tripulação e ao acesso remoto para chamadas de negócios ou vídeos. Há ainda um outro fator em jogo: os navios modernos são mais bem equipados para receber e transmitir dados com seus centros de operação em terra. Com isso, o crescimento do uso de dados deu um salto com a pandemia, mas também estar em viés de alta pela situação global do mercado.

As conclusões da Inmarsat reforçam informações divulgadas pela KVH Industries, o maior vendedor de VSAT marítimo do mundo. A empresa, especializada em tecnologia móvel, vendeu mais de 500 sistemas de comunicação por satélite VSAT durante os primeiros três meses de 2021. Foi o segundo trimestre recorde consecutivo para remessas de VSAT, em outro sinal de crescente demanda por mais conectividade no mar.

Outro documento, um relatório do Seafarers Happiness Index, relativo ao primeiro trimestre de 2021 apontou para o aumento do acesso à Internet no mar. Segundo o levantamento, mais empresas de navegação estão trabalhando para fornecer às tripulações acesso wi-fi, o que indicaria uma tendência de melhorar a comunicação entre os marítimos e suas famílias. “O investimento em conectividade faz uma grande diferença para aliviar as dificuldades enfrentadas pelos tripulantes e melhorar o moral a bordo”, indica o documento.

Para corroborar esse fenômeno, um relatório da Euroconsult, especialista em satélites, destaca que o transporte representa o maior mercado de conectividade marítima, com mais de 225.000 terminais ativos no fim de 2020, incluindo 16.000 VSATs. A demanda subiu tanto que provocou uma alta nos preços, pela impossibilidade de atender a todos os pedidos.

“O número limitado de novas instalações de terminais durante o ano e uma necessidade crescente de banda larga permitiram que os provedores de serviço aplicassem atualizações nos planos de preços em todo este segmento em 2020”, aponta o levantamento da Euroconsult.

Na avaliação da empresa, a decisão de investir em novos sistemas de comunicação está diretamente ligada às condições de vida a bordo dos navios, que mudaram significativamente em comparação com a situação anterior à pandemia, em especial no que se refere às escalas em portos.

“Manter um vínculo social com amigos e familiares tornou-se mais importante do que nunca. Como resultado, o mercado de comunicações por satélite para o transporte marítimo mercante realmente viu um aumento no consumo em apoio ao bem-estar da tripulação”, destaca o relatório da Euroconsult.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/05/2021

MAERSK ACELERA A TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL, DIZ ROBBERT VAN TROOIJEN, CEO PARA AMÉRICA LATINA

Da Redação **NAVEGAÇÃO** 24 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210524-robbert-van-trooijen.jpg>

Empresa vislumbra oportunidades de crescimento e potencial no Brasil para se tornar líder regional em logística digital

A AP Moller - Maersk está acelerando sua transformação no Brasil e aumentando a oferta de serviços de logística terrestre e digital para empresas de pequeno, médio e grande porte.

Robbert van Trooijen, CEO para a América Latina da Maersk, afirma querer crescer ainda mais no Brasil e tornar-se uma das maiores empresas de logística até 2025 no país. "Para atingir esse objetivo, queremos aprofundar nossa oferta de serviços e logística terrestre, bem como contribuir para a digitalização da logística brasileira como um todo, acelerando nossa transformação na maior economia da América Latina", completa.

A Maersk está acelerando sua transformação de maior empresa de transporte marítimo de contêineres do mundo em uma empresa de logística integrada de ponta a ponta, aumentando seu foco em logística e serviços terrestres, bem como usando inteligência artificial e o lançamento de novas ferramentas on-line para digitalizar o transporte em todo o mundo. Esses serviços imobiliários incluem a gestão da cadeia de abastecimento e a Customs House Brokerage (corretora aduaneira), por exemplo.

Para 2021, Trooijen vê crescimento de dois dígitos para a Maersk no Brasil. A empresa investiu mais de US \$ 7 bilhões na maior economia da América Latina desde 2010 e hoje sustenta mais de 50 mil empregos diretos e indiretos no país.

Fonte: **Portal Portos e Navios - RJ**

Data: 24/05/2021

VLI E LD CELULOSE FIRMAM NOVA PARCERIA PARA MOVIMENTAÇÃO DE CELULOSE DESTINADA À EXPORTAÇÃO

Da Redação **PORTOS E LOGÍSTICA** 24 Mai 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210524-trem-ferrovia-vli.jpg>

Até 500 mil toneladas ao ano serão transportadas da nova fábrica, em Indianópolis (MG), até o Porto de Barra do Riacho (ES), em um fluxo 100% ferroviário de cerca de 1,4 mil km

A VLI e a LD Celulose S.A. firmaram contrato para o transporte de celulose solúvel a partir da fábrica que será instalada no município de Indianópolis, em Minas Gerais. O acordo prevê a movimentação de 500 mil toneladas ao ano com destino ao Porto

de Barra do Riacho, no Espírito Santo, administrado pela Portocel.

O novo fluxo será possível a partir do início da produção na nova planta, previsto para o primeiro semestre de 2022, e será realizado por meio da malha da Ferrovia Centro-Atlântica. O contrato é de longo prazo – 30 anos – e viabilizará investimentos em pátios ferroviários, terminais de origem e



destino, aquisição de novas locomotivas e o desenvolvimento de uma frota de vagões especificamente para esta operação.

Cada uma das composições responsáveis por atender ao novo fluxo será formada por três locomotivas e 68 vagões (1.300 metros de extensão) e poderá transportar cerca de 4,5 mil toneladas, o equivalente ao volume movimentado por cerca de 100 caminhões – o que garante também caráter sustentável à operação, em virtude do menor volume de emissões do transporte sobre trilhos, se comparado ao rodoviário. A totalidade da carga será transportada por intermédio do modal ferroviário, criando um fluxo logístico com aproximadamente 1,4 mil km, interligando, de forma direta, a produção na fábrica até o terminal portuário.

Resultado de uma joint venture entre o grupo austríaco Lenzing e a brasileira Duratex, a LD Celulose está investindo R\$ 5,2 bilhões na implantação de uma das maiores fábricas de celulose solúvel do mundo. Toda a produção será destinada ao abastecimento das unidades da Lenzing, para o fornecimento de fibras produzidas de forma sustentável a fabricantes globais de têxteis e não tecidos.

De acordo com o CEO da LD Celulose S.A., Luís Künzel, a empresa foi planejada, em todos os seus aspectos, como um empreendimento pautado pela excelência, sustentabilidade e performance, “além de estarmos localizados dentro de um maciço florestal, o que traz uma distância média muito competitiva, a Ferrovia Centro-Atlântica passa ao lado da empresa, garantindo o escoamento da produção da fábrica direto ao porto. O acordo firmado com a VLI reforça o compromisso da LD Celulose em trabalhar com empresas sólidas no mercado e com grande conhecimento em sua área de atuação”.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/05/2021*



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

*Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006*